INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO - IPSEMC

Relatório Semestral de Governança Corporativa

JULHO A DEZEMBRO 2023

30 1993 a 2023 IPSEMC

AJUDANDO A CONSTRUIR SUA APOSENTADORIA!

Assinado digitalmente LEA SANTANA PRAXEDES:25056522445 08/02/2024 - 11:52:30
Assinado digitalmente WILMA ALVES DE LIMA CUNHA:25057570463 08/02/2024 - 14:07:26
Assinado digitalmente JULIANA DE LIMA SILVA:05766912404 08/02/2024 - 15:49:28
Assinado digitalmente MARILEIDE LOURENCO DA SILVA:69007209434 09/02/2024 - 00:44:58
Assinado digitalmente ADRIANA MARIA MORSCH SCHMID:80312110782 09/02/2024 - 06:56:03
Assinado digitalmente LORENA RAKEL DOMINGOS DE FARIAS:08871030494 09/02/2024 - 08:09:39
Assinado digitalmente EDILZA DA PAIXAO RODRIGUES:75326027453 09/02/2024 - 08:23:20
Assinado digitalmente JACKSON ANGELO PEREIRA:78850045468 09/02/2024 - 08:57:36

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

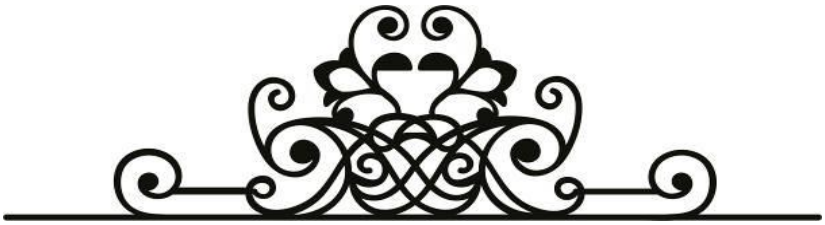
SUMÁRIO

Equipe Previdenciária

Conselhos Previdenciários

1.	Resumo sobre o IPSEMC	06
2.	Resumo Institucional	08
2.1	Introdução	09
2.2	Grande Áreas de Atuação do RPPS segundo o Pró-Gestão RPPS	10
2.3	Aspectos Relevantes do Relatório de Governança segundo o Pró-Gestão RPPS	11
2.5	Desenvolvimento das Atividades no IPSEMC no âmbito do Pró-Gestão RPPS	12
2.5	Capacitação e Certificação dos Gestores e Servidores das áreas de Risco	13
2.6	Estrutura de Controle Interno	14
2.7	Governança Corporativa / Gestão Financeira / Gestão do Passivo	18
2.8	Planejamento Estratégico	21
2.9	No âmbito da Gestão Atuarial	23
2.10	Código de Ética do IPSEMC	23
2.11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor	24
2.12	Política Anual de Investimentos	25
2.13	Comitê de Investimentos / Área de Investimentos	26
2.14	Transparência	29
2.15	Definição de Limites de Alçada	34
2.16	Segregação de Atividades	34
2.17	Ouvidoria	34
2.18	Diretoria Executiva – DE	35
2.19	Conselhos Deliberativo - CONDPREV e Fiscal – CONFIPREV Municipal de Previdência	36
2.20	Mandato, Representação e Recondução	38
2.21	Gestão de Pessoas	39
2.22	Resumo das atividades no âmbito do IPSEMC Segundo Semestre de 2023	41
2.23	O Tripé: Conhecimento, Habilidade e Competência	55
2.24	Gestão dos Investimentos tendo como Fonte o Relatório Mensal de Gestão dos Investimentos	56
2.25	Carteira de Investimentos	58
2.26	Estratégias de Investimentos	59
2.27	Composição da Carteira de Investimentos	61
2.28	Receitas de Investimentos	61
2.29	Rentabilidades	62
2.30	Índices	63
2.31	Controles de Riscos	63
2.32	Resumo Avaliativo com Resultado 2023 em relação ao Planejamento Estratégico – período 2018 a 2023	64
2.33	Realinhamento do Planejamento Estratégico	66
2.34	Amostragem gráfica com os Resultados do Sistema RPPS Digital	67
2.35	Metas atingidas	69
3.	Considerações Finais	71
4.	Parecer do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV	73
5.	Parecer do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	74

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9



"A verdadeira autodisciplina moral consiste em subordinar todas as nossas inclinações naturais a um padrão superior de valores e nunca se deixar influenciar por nada que se opõe a este padrão."

(Jean de La Bruyère)

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

EQUIPE PREVIDENCIÁRIA

Vitor Hugo Peixoto Castelliano
Prefeito

Léa Santana Praxedes
Presidente

Landsberg Famento Nascimento
Assessor Jurídico Previdenciário

Dárcio Xavier Ferreira
Assessor de Desenvolvimento Institucional e Controle Interno

João Thomaz da Silva Neto
Diretor Administrativo-Financeiro Previdenciário

Rômulo Gomes Pereira
Diretor de Benefícios

Ítalo Beltrão de Lucena Córdula
Assessor de Informática Previdenciário

Guilhardo de Souza Lourenço
Diretor de Gestão de Investimentos

Thiago Silveira
Diretor de Gestão Atuarial

Thereza Maynara de Almeida Silva
Coordenadora de Benefícios Previdenciários

Vanessa Vencato Lena
Coordenadora Administrativa Previdenciária

Daniella Cabral de Albuquerque
Setor de Acompanhamento Processual

Fátima Maria de Araújo Pereira
Setor de Aposentadoria

Jackson Ângelo Pereira
Setor de Processamento de Dados

Lia Nazareth Gonçalves
Setor de Arquivo

Angela Maria Moreira Neves
Setor de Pensões

Leni Santana P. Ribeiro
Resp. Setor de Patrimônio e Materiais / Revisão de Linguagem

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

CONSELHOS PREVIDENCIÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONDPREV

Léa Santana Praxedes
Presidente do Conselho

Wilma Alves de Lima
Conselheira /Representante dos Servidores Ativos da Câmara Municipal

Juliana de Lima Silva
Conselheira/ Representante do Poder Executivo

Marileide Lourenço da Silva
Conselheira /Representante dos Inativos do Município

CONSELHO FISCAL MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONFIPREV

Adriana Maria Morsch Schmid
Conselheira/ Representante dos Segurados Inativos

Lorena Rakel Domingos de Farias
Conselheiro Presidente /Representante dos Servidores Ativos

Edilza da Paixão Rodrigues
Conselheira/Representante do Poder Legislativo

Jackson Ângelo Pereira
Conselheiro /Representante do Regime Próprio de Previdência Social

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

RESUMO SOBRE O ISPEMC

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

1. RESUMO SOBRE O IPSEMC

1.1 O que é o IPSEMC?

O IPSEMC é uma Autarquia Municipal responsável pela Gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo, criado pela Lei Municipal nº 687/93, de 28/07/93, composto por servidores ativos e inativos pertencentes ao quadro de provimento efetivo.

1.2 Por que o IPSEMC foi criado?

Para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de assegurar aos seus beneficiários os meios imprescindíveis para sua manutenção em situação de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, reclusão e morte, e assim garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado ao mesmo juntamente com a Administração Municipal, a Diretoria Executiva do IPSEMC e seus Conselhos.

1.3 Breve Histórico do IPSEMC

"A Constituição de 1988 impôs à União a adoção de um Regime Jurídico Único, havendo na época, o entendimento legal de que o único regime que caberia aos servidores seria o estatutário".

A Constituição também impôs o pagamento de aposentadoria integral aos seus servidores possibilitando que os entes federativos criassem seus regimes próprios de previdência. Em 1993, o cenário nacional apresentava-se muito caótico principalmente pela ausência de uma legislação que disciplinasse a questão, além do insucesso das experiências obtidas pelos Estados e Municípios, os quais abrigaram sob o mesmo manto a previdência e a assistência à saúde dos servidores e familiares, sem a devida previsão orçamentária. Alguns regimes previdenciários só previam contribuição para pagamentos de pensões e assistência à saúde, cabendo aos cofres públicos o pagamento das aposentadorias o que acabou por inviabilizar muitas administrações públicas. O Prefeito José Francisco Régis, à época, com ampla visão administrativa, compreendeu a necessidade de se criar um sistema de previdência para os servidores municipais objetivando assegurar o direito constitucional a uma aposentadoria integral de forma a não comprometer as finanças públicas do Município de Cabedelo.

Assim, foi constituído um grupo de trabalho que, durante dois anos, estudou, pesquisou, realizou cursos, elaborou um anteprojeto de lei, promoveu discussões internas bem aprofundadas, acarretando por diversas vezes a reelaboração do anteprojeto de lei, pois o processo de discussão assim o exigia. Destacam-se a participação da Secretaria de Administração e da Procuradoria-Geral do Município que, de forma muito responsável, contribuiu significativamente para este processo.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Como resultado deste desafio, em 23 de julho de 1993, é criado o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cabedelo (IPSEMC), pela Lei nº 687/93, a qual passou a vigorar em 28/07/93 - publicada no Diário Oficial do Estado - DOE. O tempo, o dia a dia, a Lei 9717/98 e a Emenda Constitucional nº 20/98, trouxeram a necessidade de adequação da legislação do Ipsemc, o que foi concretizado pela Lei nº 1000/2000 e em 22/08/2008 foi atualizada e consolidada pela Lei 1.412/2008 e publicada no DOE."

1.4 Diretrizes Estratégicas do IPSEMC

1.4.1 Missão

Promover a gestão previdenciária dos servidores estatutários do município de Cabedelo de forma ética, transparente e legal por meio de uma prestação de serviços voltada para a excelência.

1.4.2 Slogan

Valorizando o seu futuro.
"Zele esta casa. Hoje você a sustenta. Amanhã será sustentado por ela."

1.4.3 Visão

Manter-se como referência nacional na área de gestão e cultura previdenciária municipal até 2023.

1.4.4 Valores

I - Inovação: Promover mudanças através da melhoria contínua, visando a prestação de um serviço com excelência.

P - Profissionalismo: Buscar a capacitação constante de nossa equipe e aplicá-la à gestão previdenciária.

S - Sustentabilidade: Desenvolver a cultura da responsabilidade socioambiental visando realizar ações que contribuirão para o bem-estar e a defesa dos interesses dos previdenciários e da sociedade.

E - Ética: Agir de acordo com os princípios morais que delimitam as relações pessoais e impessoais descritas no Código do IPSEMC.

M - Motivação: Criar um ambiente de trabalho estimulante e incentivador, orientado para a superação de obstáculos e alcance de resultados.

C - Compromisso: Assumir a responsabilidade na relação com as partes interessadas (previdenciários, governo e sociedade civil em geral) e com os objetivos do IPSEMC.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

RESUMO INSTITUCIONAL

(No âmbito do Planejamento Estratégico e do Pró-Gestão RPPS)

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2. RESUMO INSTITUCIONAL

2.1 Introdução

"*Nada pode ser considerado politicamente certo quando é moralmente indefensável*."

(Abraham Lincoln)

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Governança referente ao segundo semestre do ano. Este documento reflete nosso compromisso contínuo com a transparência, a responsabilidade e a eficiência em todas as áreas de atuação da nossa organização.

Neste relatório, compartilhamos os principais marcos, realizações e desafios enfrentados pela nossa equipe de governança nos últimos seis meses. Buscamos destacar as iniciativas que contribuíram para fortalecer nossos processos de tomada de decisão, promover a conformidade com as regulamentações vigentes e melhorar a gestão dos recursos, mesmo porque lidamos com recursos previdenciários que visam a garantia dos benefícios concedidos e a conceder.

Ao longo deste semestre, enfrentamos um cenário dinâmico e desafiador, marcado por mudanças rápidas no ambiente de negócios e nas demandas dos stakeholders. Diante desses desafios, reafirmamos nosso compromisso em adotar as melhores práticas de governança, assegurando que nossas operações sejam conduzidas de maneira ética, transparente e responsável.

Neste relatório, você encontrará informações detalhadas sobre nossas iniciativas de governança corporativa, gestão de riscos, conformidade regulatória e engajamento com os stakeholders. Além disso, destacamos os resultados financeiros alcançados no período, evidenciando a sólida base em que construímos nossas decisões estratégicas.

Acreditamos que a governança eficaz é fundamental para sustentar o crescimento saudável e a longevidade da nossa organização. Este relatório é mais do que um simples registro de atividades; ele reflete nosso compromisso em manter um diálogo aberto com todos os nossos públicos e em fortalecer constantemente os princípios de governança que nos orientam.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e stakeholders pelo seu apoio contínuo e pela confiança depositada em nossa abordagem de governança. Continuaremos trabalhando arduamente para atingir os mais altos padrões de excelência em governança corporativa.

Gratidão a Deus acima de tudo que não nos perde de vista e nos acomoda em Seus braços paternais nos atribuindo força, coragem, determinação e vigor. Ao Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB cuja atuação tem sido fundamental para a sobrevivência dos RPPS, ao Ministério da Previdência por meio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SPREV. A nossa Equipe institucional e a todos os profissionais colaboradores e participantes da causa previdenciária em Cabedelo. Ao Exmo. Sr. Prefeito Vitor Hugo Peixoto Castelliano e a Câmara Municipal pela força, conexão estabelecida e pelo cumprimento das obrigações legais enquanto responsáveis pelos Entes públicos, uma vez que com essa atuação podemos manter o CRP e nos manter no que preconiza o Pró-Gestão RPPS.

2.2 Grandes áreas de atuação do RPPS segundo o PRÓ-GESTÃO RPPS

NOMENCLATURA	DEFINIÇÃO	ATIVIDADES RELACIONADAS
ADMINISTRATIVA	Área de Suporte Administrativo aos setores internos da unidade gestora.	Contratos, compras, licitações, material de almoxarifado, imóveis, bens patrimoniais, recursos humanos, protocolo, arquivo geral, serviços gerais.
ARRECADAÇÃO	Área de controle de repasse das contribuições previdenciárias e aportes.	Controle de repasse das contribuições e aportes, cobrança de débitos, servidores licenciados, cedidos ou afastados sem remuneração.
ATENDIMENTO	Área de serviços de atendimento aos servidores, aposentadora e pensionistas.	Atendimento presencial aos segurados, atendimento telefônico, ouvidoria.
ATUARIAL	Área de estudos e acompanhamento dos resultados das avaliações atuariais.	Acompanhamento atuarial, elaboração de relatório de gestão atuarial.
BENEFÍCIOS	Área de concessão, implantação, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários.	Análise, concessão e revisão de benefícios, gestão da folha de pagamento.
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Área de atividades específicas de compensação previdenciária, como regime instituidor- RI ou regime de origem – RO.	Procedimentos de envio e análise de requerimentos via sistema COMPREV.
FINANCEIRA	Área de gestão e controle financeiro.	Tesouraria, orçamento, contabilidade geral.
INVESTIMENTOS	Área de estudos, tomada de decisão e acompanhamento dos resultados das aplicações dos recursos do RPPS.	Operações de investimentos, análises de risco e gestão dos ativos mobiliários e imobiliários, elaboração da política de investimentos, credenciamento das instituições financeiras.
JURÍDICA	Área de consultoria e defesa judicial da unidade gestora do RPPS.	Pareceres em processos de contratação, processos de concessão de benefícios e revisão da legislação, defesa em processos judiciais e cumprimento das decisões judiciais.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Área de apoio de informática e manutenção de bases de dados.	Segurança, acesso e operacionalização dos sistemas de informática e das bases de dados.

Fonte: Manual do Pró-Gestão RPPS/SPREV/ME (Tabela 01)

"Uma nação é grande não porque possui represas em seus rios, navios no mar ou depósitos em seus bancos, mas na dependência da fibra moral dos seus cidadãos."

(Herbert Hoover)

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.3 Aspectos Relevantes do Relatório de Governança segundo o PRÓ-GESTÃO RPPS

Deve ser periodicamente disponibilizado pela unidade gestora do RPPS, em seu site, o Relatório de Governança Corporativa, instrumento de transparência e prestação de contas da gestão, que deverá ser previamente submetido à análise e aprovação do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo.

A seguir são especificadas as informações que deverão constar do relatório, observados os requisitos mínimos adiante definidos para cada nível de certificação.

a) Dados dos segurados, receitas e despesas: Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas, resumo das folhas de pagamentos, valor da arrecadação de contribuições e outras receitas, valor do pagamento de benefícios e outras despesas.

b) Evolução da situação atuarial: Custo previdenciário total, evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio.

c) Gestão de investimentos: Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos.

d) Publicação das atividades dos órgãos colegiados: Reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

e) Atividades institucionais: Gestão de pessoal, gestão orçamentária e financeira, gerenciamento do custeio e contratos, controles internos, imagem institucional, cumprimento de decisões judiciais e conformidade, entendida como o atendimento ao conjunto de normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos.

f) Canais de atendimento: Estatísticas dos canais de atendimento disponibilizados aos segurados, tais como ouvidoria própria ou do ente federativo, agências, postos de atendimento, atendimento agendado.

Para cada nível de certificação o Relatório de Governança Corporativa deverá observar:

- **Nível I**: Periodicidade anual, contemplando pelo menos as informações referidas nas alíneas “a”, “b” e “c” e “d” acima.
- **Nível II**: Periodicidade anual, contemplando pelo menos as informações referidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” acima.
- **Nível III**: Periodicidade semestral, contemplando pelo menos as informações referidas em todas as alíneas acima.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.4 Desenvolvimento das atividades no âmbito do PRÓ-GESTÃO RPPS

2.4.1 Gestão Administrativa e Controladoria / Controle Interno

2.4.1.1 Observância aos manuais das Atividades das áreas de Atuação do RPPS estabelecidos

O IPSEMC já vem atuando seguindo o que foi manualizado antes e depois do advento do Pró-Gestão RPPS mesmo porque as políticas abordam as atividades realizadas pelas dimensões / Pilares da Gestão e orientam de forma efetiva como FAZER por meio do estabelecimento de manuais, mapeamentos / fluxogramas em todas os pilares e dimensões, ou seja, benefícios; política de segurança da informação; patrimonial; arquivo institucional; ouvidoria; recursos humanos; controle interno; administrativa, financeira, arrecadação, contabilidade, investimentos, jurídica, atuarial, atendimento, etc.

No segundo semestre de 2023, trabalhou-se, observando-se os manuais e mapeamentos das atividades de modo normal, entretanto, com a implantação de sistemas digitais realiza-se uma atualização nesses documentos que estão sendo consolidadas com um ótimo resultado tendo em vista a customização e promoção de melhoria contínua com a automação dos processos.

2.4.1.2 Relatórios Gerenciais ou de Auditorias Internas ou Externas:

No âmbito da Governança foram estabelecidos, elaborados e os de obrigatoriedade legal publicados no Portal da Autarquia: www.ipsemc.pb.gov.br com o fito de melhorar a governança cumprindo assim os critérios do Pró-Gestão RPPS:

I- Relatório Mensal e Anual de Investimentos;
II- Relatório de Due Diligence;
III- Relatório Trimestral de Controle Interno;
IV- Relatório de Governança Semestral;
V- Relatório Semestral de Avaliação do Planejamento Estratégico;
VI- Relatório Periódico de Gestão Atuarial;
VII- Relatório Atuarial Estudo de Aderência / Hipóteses;
VIII- Relatório de Solvência / ALM;
IX- Relatório Anual de Governança – Prestação de Contas Anual –PCA.

2.4.1.3 Relatórios de Auditoria Externa: foram atendidas todas as notificações oriundas do TCE-PB em relação aos processos de Benefícios quando a auditoria detecta ausência de documentos, fundamentação legal incompleta, correção de nome em virtude de situação conjugal, entre outros.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.5 Capacitação e Certificação dos Gestores e Servidores das áreas de Risco

2.5.1 Certificação Profissional / Educação Financeira:

I- Gestor e Membros do Comitê de Investimentos – COI certificados com CPA-10 e CPA-20, finalizando 2023 com alguns servidores de posse da nova certificação.

II- Membros da Diretoria certificados com CPA-10 e CPA-20 e nova certificação.

III- Membros do Conselho Fiscal Municipal de Previdência certificados com CGRPPS; membro com a nova certificação (fizeram curso para a nova certificação).

IV- Membros do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência - certificados com CGRPPS.(Fizeram curso sobre a nova certificação).

2.5.2 Capacitação Profissional – o que não faltou foi capacitação profissional:

I- Gestor e Membros do Comitê de Investimentos – COI participaram de eventos remotos e presenciais diversos realizados pelas Associações Nacionais ABIPEM, ANEPREM, ASPREVPB, Finacap, IPSEMC, Lema Investimentos, XP Investimentos e tantos outros que foram disponibilizados por essas organizações.

II- Membros da Diretoria participaram de eventos remotos e presenciais diversos realizados pelas Associações Nacionais ABIPEM, ANEPREM, ASPREVPB, Lema Investimentos, Finacap, IPSEMC, XP Investimentos e tantos outros que foram disponibilizados por essas organizações.

III- Membros do Conselho Fiscal Municipal de Previdência participaram dos eventos remotos e presenciais diversos de capacitação em várias áreas / pilares da governança realizados pelas Associações Nacionais ABIPEM, ANEPREM, ASPREVPB, Lema Investimentos, IPSEMC, XP Investimentos e tantos outros que foram disponibilizados por essas organizações.

IV- Membros do Conselho Administrativo Municipal de Previdência - CAMPREV participaram dos eventos remotos e presenciais diversos de capacitação em várias áreas / pilares da governança realizados pelas Associações Nacionais ABIPEM, ANEPREM, ASPREVPB, Lema Investimentos, IPSEMC, XP Investimentos e tantos outros que foram disponibilizados por essas organizações.

2.5.3 Alguns Temas de Capacitação Previdenciária no período

Durante esse período foram oferecidos inúmeros eventos de capacitação seja remota, presencial, etc. Temas abordados:

I- Investimentos (curso sobre renda variável, gestão de riscos, fundos de investimentos / modalidades; modelos de carteira sugeridos; fundos de investimentos,

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

investimentos no exterior; ética na condução dos investimentos; a questão das fraudes – como se prevenir; etc. etc.

II- Formação Básica em RPPS;
III- Curso sobre Planejamento Estratégico no RPOS;
IV- Curso sobre Controle Interno no RPPS;
V- Novas Certificações: Dirigentes de RPPS, Comitê de Investimentos e Conselhos;
VI- Novo COMPREV.
VII- Congresso de Investimentos de RPPS da ABIPEM;
VIII- Congresso Estadual de Previdência da ASPREVPB;
IX- Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM;
X- Congresso Brasileiro de Previdência da ABIPEM;
XI- Congresso Brasileiro de Conselheiros da ABIPEM;
XII- Seminários Municipais de Previdência. Entre outros.

2.6 Estrutura de Controle Interno

O controle interno desempenha um papel fundamental na gestão e operação eficaz de uma organização. Ele se refere ao conjunto de procedimentos, políticas e práticas estabelecidas para garantir que as atividades da organização sejam realizadas de maneira eficiente, eficaz, segura e em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. A importância do controle interno em uma organização é multifacetada e abrange diversas áreas:

Gestão de Riscos:
O controle interno ajuda a identificar, avaliar e mitigar os riscos que uma organização enfrenta. Ao implementar medidas de controle, a organização pode reduzir a probabilidade de eventos adversos e minimizar o impacto caso ocorram.

Prevenção de Fraudes:
Um sistema de controle interno bem estruturado ajuda a prevenir e detectar fraudes internas e externas. Isso ocorre ao estabelecer camadas de aprovação, segregação de funções e monitoramento constante das transações e atividades.

Eficiência Operacional:
O controle interno auxilia na otimização dos processos operacionais, identificando ineficiências e gargalos. Isso permite que a organização aloque recursos de maneira mais eficaz e alcance seus objetivos de maneira mais eficiente.

Conformidade Legal e Regulatória: As organizações estão sujeitas a diversas leis e regulamentos que governam suas operações. O controle interno ajuda a assegurar que a organização esteja em conformidade com essas leis, evitando penalidades legais e danos à reputação.

Tomada de Decisões:
Um sistema de controle interno sólido fornece informações precisas e confiáveis para os gestores tomarem decisões informadas. Isso é essencial para desenvolver estratégias, planejar investimentos e avaliar o desempenho organizacional.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Proteção dos Ativos:
O controle interno contribui para a proteção dos ativos da organização, como dinheiro, estoque, propriedade intelectual e informações confidenciais. Isso é alcançado por meio de medidas de segurança física e lógica, bem como controles de acesso a recursos críticos.

Confiança dos Stakeholders:
Ter um sistema de controle interno sólido transmite confiança aos stakeholders da organização, incluindo investidores, clientes, fornecedores e parceiros. Isso pode melhorar a reputação da organização e atrair mais oportunidades de negócios.

Auditoria Externa e Interna:
Tanto as auditorias externas quanto as internas dependem de um ambiente de controle interno bem estruturado para avaliar a precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras e dos processos operacionais.

Em resumo, o controle interno é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a sustentabilidade de uma organização. Ele não apenas protege a organização contra riscos e fraudes, mas também cria um ambiente confiável no qual a gestão e os stakeholders podem confiar para atingir os objetivos estratégicos e operacionais.

A Estrutura de Controle Interno foi estabelecida em, 2020 conforme orientação recebida por meio da Seção 3.1.4 – pág. 23 do Manual do Pró-Gestão RPPS, ao criar-se a estrutura mínima por meio da Portaria n° 105/2020, ou seja, Comissão Permanente de Controle Interno – CPCI, desde sua criação, está atuando de forma independente, observando, avaliando, sugerindo melhorias na governança como um todo desde o ambiente de trabalho, as demonstrações contábeis; a proposta e a execução orçamentária; as despesas administrativas; **c**ontratos celebrados; **o**utros relatórios gerenciais, obviamente melhorando a cada passo e neste próximo exercício submeter-se-á a outras capacitações a fim de que possa otimizar a prática, mesmo porque o controle interno em um RPPS, é uma construção a longo prazo visando o aperfeiçoamento dessa tão relevante dimensão.

2.6.1 No âmbito da Gestão de riscos tem sido observado e analisado a:

I- A análise dos investimentos;
II- Mapa de Riscos dos setores;
III- O pleno acesso às informações pelos participantes e assistidos;
IV- O controle do calendário de obrigações legais e próprias;
V- Calendários de reuniões do COI;
VI- Calendário das reuniões dos Conselhos;
VII- Envios atualizados dos Demonstrativos / Formulários de Informações ao Ministério: DIPR, DAIR, DEPIN, etc.
VIII- Os princípios éticos (código de ética);
IX- Os controles internos do repasse das contribuições;
X- Os controles dos parcelamentos;
XI- Dos benefícios concedidos;
XII- Da contabilidade;
XIII- Das contingências judiciais;
XIV- Da execução orçamentária;
XV- Outros que a CPCI deve acompanhar.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Todas as análises, fiscalizações, acompanhamentos e avaliações podem ser tanto presencial como via Portal do IPSEMC www.ipsemc.pb.gov.br tendo em vista que o Portal está alimentado e mantido mensalmente com as informações e relatórios disponibilizados pela gestão previdenciária, bem como acompanhar as práticas previdenciárias no dia a dia e confrontá-las com o que está disponível.

2.6.2 Quanto à Política de Segurança da Informação

A política de segurança da informação é de extrema importância para organizações de todos os tamanhos e setores, devido à crescente dependência da tecnologia e da informação no mundo moderno. Ela define as diretrizes, procedimentos, práticas e responsabilidades relacionadas à proteção das informações sensíveis e críticas de uma organização. Aqui estão algumas razões pelas quais a política de segurança da informação é tão crucial:

Proteção de Ativos de Informação:
A informação é um ativo valioso para qualquer organização, contendo dados confidenciais, estratégicos, financeiros e operacionais. A política de segurança ajuda a garantir que esses ativos sejam devidamente protegidos contra ameaças internas e externas, evitando vazamentos, roubos e comprometimentos.

Conformidade Legal e Regulatória:
Muitas organizações estão sujeitas a regulamentações que exigem a implementação de medidas de segurança da informação. Uma política de segurança bem definida ajuda a garantir que a organização cumpra essas regulamentações e evite penalidades legais.

Confidencialidade:
A política de segurança protege a confidencialidade das informações, garantindo que apenas as pessoas autorizadas tenham acesso aos dados relevantes. Isso é crucial para proteger informações sensíveis, como dados dos segurados-clientes previdenciários, segredos e informações estratégicas.

Integridade:
A política de segurança também visa garantir a integridade das informações, garantindo que elas não sejam alteradas ou corrompidas de maneira não autorizada. Isso é fundamental para manter a precisão e a confiabilidade dos dados.

Disponibilidade: Além de proteger contra ameaças, a política de segurança também visa garantir a disponibilidade das informações quando necessário. Isso envolve a implementação de medidas para prevenir interrupções e garantir a continuidade dos serviços.

Gestão de Riscos:
Uma política de segurança da informação bem desenvolvida ajuda a identificar e gerenciar os riscos associados à exposição de informações críticas. Isso permite que a organização tome medidas proativas para mitigar esses riscos e responder eficazmente a incidentes de segurança.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Conscientização dos Funcionários:
Uma política de segurança estabelece as expectativas em relação ao comportamento dos funcionários em relação à segurança da informação. Isso promove a conscientização sobre boas práticas de segurança e reduz a probabilidade de erros humanos que possam levar a violações de segurança.

Reputação da Organização:
Incidentes de segurança, como violações de dados, podem causar sérios danos à reputação de uma organização. Uma política de segurança robusta ajuda a prevenir esses incidentes, protegendo a confiança dos clientes, parceiros e stakeholders.

Economia de Recursos:
Investir em segurança da informação desde o início pode ajudar a evitar gastos excessivos na recuperação de incidentes de segurança. Uma política eficaz pode reduzir os custos associados a violações de dados, investigações e interrupções operacionais.

Preparação para o Futuro:
À medida que as ameaças cibernéticas evoluem, a política de segurança da informação deve ser adaptada para enfrentar novos desafios. Uma abordagem proativa e em constante evolução ajuda a garantir que a organização esteja preparada para lidar com ameaças emergentes.

Em resumo, a política de segurança da informação é essencial para proteger os ativos, a reputação e a operação contínua de uma organização em um cenário cada vez mais digital e ameaçador. Ela fornece um conjunto claro de diretrizes e princípios que orientam a tomada de decisões em relação à segurança da informação em todos os níveis da organização.

Foram trabalhados e são acompanhados vários aspectos no que diz respeito aos:

I- Sistemas existentes;
II- A aplicação de tecnologias;
III- O controle de contingências;
IV- O controle de Acesso;
V- Arquivos em nuvem;
VI- RPPS Digital – Sistema em Nuvem;
VII- Soluções de problemas de arrumação e manutenção de computadores, linhas e ramais telefônicos, entre outros;
VIII- Manutenção de aparelho celular utilizado por meio da linha fixa 3228-1434;
IX- Utilização efetiva do Aplicativo WhatsApp Empresarial para uma melhor comunicação com os segurados, etc. etc.

2.6.3 Quanto à Gestão da Base de Dados dos Servidores Ativos, Aposentado e Pensionistas:

I- A Resolução Normativa sob o número 10/2020, datada de 01/09/2020, aprovou e normatizou a Política de Recenseamento dos Servidores Municipais Efetivos Ativos, Inativos e Pensionistas do Município, junto ao IPSEMC, publicada no Periódico Oficial do IPSEMC – POI/ Setembro de 2020;

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

II- Quanto ao Censo Anual dos Aposentados e Pensionistas está totalmente atualizado porque é realizado mensalmente no mês de aniversário, portanto é uma rotina normalmente estabelecida no Ipsemc;

III- Para quem reside fora da área metropolitana de João Pessoa-PB e por meio da linha fixa de número 3228-1434, instalada em aparelho celular, via Aplicativo WhatsApp empresarial, vem funcionando normalmente a modalidade de censo via chama de vídeo, para fins de facilitar o censo de todos que, até o presente momento não puderam comparecer presencialmente. Essa modalidade tem sido efetiva principalmente em relação a aqueles que estão longe e necessitam apresentar prova de vida. Foi uma medida justa porque tem evitado a alta despesa dos segurados com o documento que é emitido por cartórios.

IV- Como o censo vem sendo realizado há bastante tempo, pode-se afirmar que a Base Cadastral de aposentados e pensionistas está atualizada.

V- Quanto ao Censo Previdenciário dos Servidores Efetivos Ativos a Secretaria de Administração está em mobilização para a realização do próximo censo do servidor ativo.

2.7 Governança Corporativa / Gestão Financeira / Gestão do Passivo

2.7.1 Relatórios de Governança Corporativa

Semestralmente são elaborados os Relatórios de Governança e anualmente é elaborado o Relatório Anual de Governança Corporativa no momento da Prestação de Contas do Exercício ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/PB cuja apresentação à Corte de Contas é feita todo mês de março como também é disponibilizado no Portal do IPSEMC: www.ipsemc.pb.gov.br no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestao.aspx. Nestes relatórios são organizados os assuntos da governança de forma que englobe:

I- A estrutura mínima de governança;

II- As instâncias de decisão e assessoramento;

III- A evidência do canal direto de comunicação entre todos tendo em vista que se aborda as atividades da governança como um todo;

IV- O nível de satisfação dos participantes visto que é permanentemente disponibilizado tanto via pesquisa de satisfação presencial, como via on line no Portal da Autarquia, como também a cada semestre é feita a avaliação e apresentados os resultados com a finalidade de realinhar e melhorar a gestão. Logo abaixo serão expostos os resultados da pesquisa de satisfação onde estão também inseridos o que foi recebido e respondido na Ouvidoria Previdenciária do IPSEMC;

V- Os procedimentos e parecer da auditoria interna (caso ocorra) também serão objeto de apresentação de resultados.

VI- O IPSEMC não só implementou como executa suas ações / atividades dentro dos princípios de governança estabelecidos pelo Pró-Gestão RPPS, mesmo antes de sua existência, pois já vinha trabalhando nessa linha profissional de gestão, quando elaborou seu planejamento estratégico com toda a equipe e determinou que a Autarquia seguiria em busca da excelência pública previdenciária.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Semestralmente, a partir do exercício de 2020 foram elaborados os Relatórios de Governança Semestral para fins de Prestação de Contas do Período, conforme orientação do Pró-Gestão RPPS.

2.7.2 Resultados da Pesquisa de Satisfação – Segundo Semestre - Exercício 2023

O Ipsemc utiliza a ferramenta de pesquisa de satisfação para medir o nível de satisfação dos seus usuários com os serviços e infraestrutura oferecidos pelo instituto. Isso faz parte de sua política de avaliação e aperfeiçoamento. Assim, ora divulgamos os resultados da pesquisa de satisfação realizada no período de julho a dezembro de 2023.

A pesquisa é feita tanto presencial por meio de formulários, quanto pela internet. As respostas são organizadas em dados estatísticos, bem como os comentários analisados, o que nos permite fazer as mudanças e ajustes necessários a fim de atender melhor nossos usuários.

Os resultados foram extremamente positivos e refletem o compromisso contínuo do IPSEMC com a excelência no serviço público:

a) **Cordialidade**: Alcançamos um respeitável índice de 84% de usuários "Muito Satisfeitos", destacando o calor humano e a atenção dedicada no atendimento.

b) **Agilidade**: A eficiência nos processos foi reconhecida com 89% de satisfação máxima, demonstrando a nossa dedicação à prontidão e ao tempo valioso dos nossos usuários.

c) **Qualidade**: Com 87% de "Muito Satisfeito", este critério ressalta a competência técnica da nossa equipe na avaliação dos nossos usuários.

d) **Ambiente Físico**: O conforto e a adequação das nossas instalações foram altamente avaliados, com 84% de satisfação máxima.

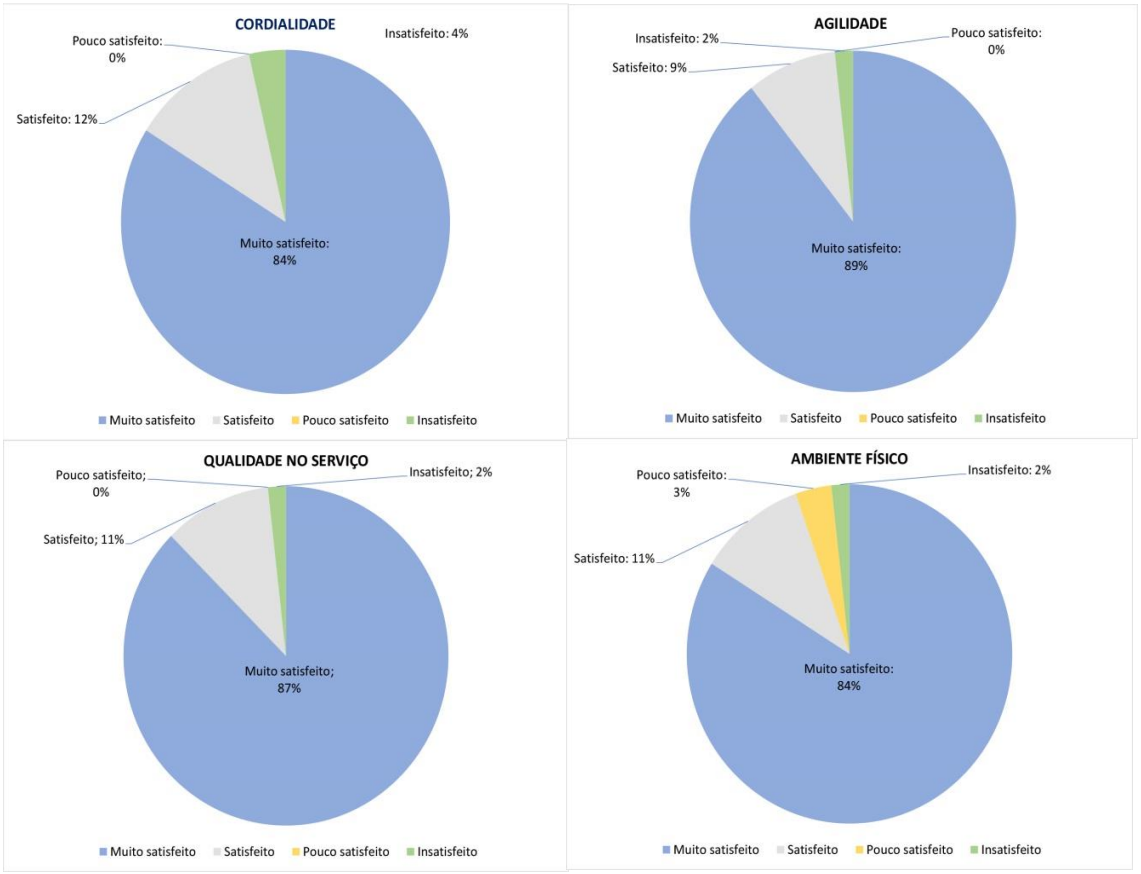
e) **Atendimento Online via WhatsApp**: Uma ferramenta moderna e acessível que alcançou uma notável avaliação positiva de 100%.

Estes resultados não apenas nos enchem de orgulho, mas também nos fornecem insights valiosos sobre as expectativas e percepções dos nossos usuários. O IPSEMC está comprometido em absorver cada comentário e crítica construtiva, buscando incessantemente adaptar-se e evoluir dentro dos parâmetros legais e justos.

Agradecemos sinceramente a todos que participaram da pesquisa. Suas contribuições são essenciais para continuarmos aperfeiçoando nossos serviços e atendendo com excelência às necessidades da nossa comunidade.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.7.3 Infográfico dos Resultados da Pesquisa de Satisfação – Segundo Semestre Exercício 2023



2.7.4 Sobre os Resultados

Os resultados foram analisados pela equipe previdenciária sem omissões das informações registradas nos formulários, com anonimato dos participantes. As estatísticas podem variar conforme as circunstâncias da instituição e de acordo com a opinião de cada participante. Esses dados permitem avaliar de modo geral como o Ipsemc é visto pelos seus usuários e visitantes. O Ipsemc agradece a todos que nesse período tem contribuído com esta importante participação na nossa pesquisa de satisfação.

A pesquisa de satisfação é um instrumento que mede o nível de satisfação dos usuários dos serviços oferecidos pelo Ipsemc, disponibilizando ainda um canal de comunicação em que eles podem manifestar livremente suas opiniões e expectativas em relação a esses serviços, com total privacidade, pois não precisam se identificar. É realizada a cada semestre pelo instituto, cujos resultados são explicados e apresentados em forma de gráficos estatísticos, sendo publicados no Portal e no Previpsemc. Os usuários podem participar por meio do Portal e presencialmente por meio de formulários impressos. No momento, são utilizados quatro critérios para avaliação: agilidade, ambiente físico, cordialidade e qualidade. Para cada critério são apontados quatro níveis de satisfação: muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito e insatisfeito.

Agradecemos a todos que dedicaram seu precioso tempo para responder a pesquisa.

2.8 Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é de extrema relevância para organizações de todos os tipos e tamanhos, pois oferece uma estrutura abrangente para definir metas, direcionar ações e alocar recursos de maneira eficaz a fim de alcançar os objetivos de longo prazo. Aqui estão algumas razões pelas quais o planejamento estratégico é tão importante:

Direcionamento claro: O planejamento estratégico ajuda a estabelecer uma visão clara do futuro desejado da organização, definindo objetivos específicos e identificando os caminhos necessários para alcançá-los. Isso ajuda a garantir que todos os membros da organização estejam trabalhando em direção a um objetivo comum.

Alinhamento organizacional:
Ao definir metas e estratégias, o planejamento estratégico garante que todas as partes da organização estejam alinhadas e trabalhando em harmonia. Isso evita conflitos internos e ajuda a maximizar a utilização dos recursos.

Alocação eficiente de recursos:
Com um plano estratégico em vigor, a alocação de recursos, como capital, mão de obra e tempo, torna-se mais focada e eficiente. Isso ajuda a evitar o desperdício de recursos em áreas que não estão alinhadas com os objetivos estratégicos.

Adaptação às mudanças:
O ambiente de negócios está em constante evolução, pois isto é o que vivenciamos em nosso mundo previdenciário a cada dia. Um plano estratégico bem elaborado inclui a consideração de cenários futuros e a preparação para possíveis mudanças no mercado, regulamentações ou tecnologias.

Tomada de decisões informadas:
Um planejamento estratégico fornece uma estrutura para a tomada de decisões. Os líderes podem avaliar se uma determinada ação ou iniciativa está de acordo com a visão e os objetivos da organização, ajudando a evitar decisões impulsivas ou desalinhadas.

Comunicação eficaz:
O planejamento estratégico facilita a comunicação dentro da organização, permitindo que todos os membros compreendam os objetivos e as estratégias em jogo. Isso ajuda a criar um senso de propósito compartilhado.

Monitoramento e avaliação:
O sucesso do planejamento estratégico pode ser medido ao longo do tempo, por meio de indicadores-chave de desempenho e metas predefinidas. Isso permite que a organização avalie sua progressão e faça ajustes conforme necessário.

Competitividade e inovação:
Ao definir estratégias para se destacar no mercado, as organizações podem focar em áreas de inovação e diferenciação. Isso ajuda a manter a competitividade e a se adaptar às mudanças nas preferências dos clientes e nas demandas do mercado.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Mobilização da equipe:
Um planejamento estratégico envolvente pode inspirar e motivar a equipe, fornecendo um sentido de propósito e direção. Os membros da organização são mais propensos a se engajar quando compreendem como seu trabalho contribui para os objetivos gerais.

Em resumo, o planejamento estratégico é um processo crucial que ajuda as organizações a estabelecer direções claras, tomar decisões informadas, otimizar o uso de recursos e adaptar-se ao ambiente em constante mudança. Ele desempenha um papel fundamental na definição do sucesso a longo prazo de uma organização.

Este segundo semestre 2023 foi extremamente desafiador tendo em vista que continuamos na luta pelo aprimoramento da das atividades de cada área em todas as dimensões, com a aplicação de treinamentos e capacitações dos colaboradores e assim ficar muito mais aderente ao que preconiza o Nível III do Pró-Gestão RPPS.

Com essas mudanças ativas já podemos obter um resultado excepcional em termos de:

a) economia de papel,
b) economia de espaço físico – processos deixaram de ser físicos e passaram a ser digitais;
c) economia de tempo – a tecnologia faz com que sejamos mais rápidos;
d) otimização dos processos uma vez que o caminho a ser percorrido por via digital é direto, ou seja, cada colaborador do processo sob sua responsabilidade acessa sua mesa, assume o processo e faz a sua parte;
e) melhoria da governança em todos os sentidos, inclusive, até mesmo quando está à distância, uma vez que acessa sua mesa de onde está e executa sua operação no processo.

Sempre que preciso são elaboradas novas normas seja por meio de resoluções normativas ou portarias até que a governança atinja 100% de organização em todas as dimensões do IPSEMC. No segundo semestre foram publicadas as normas a seguir especificadas:

a) Resoluções Normativas - RN nº 7/2023, datada de 31 de outubro de 2023, dispôs sobre a Política Anual de Investimentos – PAI 2024.
b) Resolução Normativa - RN nº 8/2023, dispôs sobre a Gratificação Especial no Ipsemc.
c) Resolução Normativa - RN nº 9/2023, dispôs sobre o Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2030.

Todas essas normas convergem para a concretização do que foi planejado estrategicamente com muito esforço, dedicação e determinação da equipe previdenciária.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.9 No âmbito da Gestão Atuarial

A Gestão Atuarial foi implantada no IPSEMC no mês janeiro de 2020 objetivando cumprir, dentro das possibilidades existentes, o que disciplina a Portaria Ministerial 464/2018. Neste sentido foram executados várias atividades de extrema relevância ao nosso RPPS:

I- Relatórios periódicos da Gestão Atuarial (aí inclusos: o percentual de invalidez; o percentual de participantes; o demonstrativo atuarial – DRA; a nota técnica atuarial do plano – em sendo necessária; a Evolução das Provisões Matemáticas).- http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/rgga.aspx;

II- Estudos e pesquisas para subsidiar a gestão de Investimentos;

III- Estudos, pesquisas e participações em discussões IPSEMC, Procuradoria Geral do Município, Câmara Municipal e Secretaria de Administração sobre assuntos pertinentes;

IV- Reavaliação atuarial para fins de confirmação do atual plano de amortização do município;

V- Participação em reunião com os Conselhos Municipais visando dirimir dúvidas atuarias;

VI- Participação nas salas atendimentos do Ministério / SPREV para fins de entendimento e ajustes quanto ao envio de legislação, DRAA, dados estatísticos, entre outros;

VII- Em elaboração do Relatório de Aderência (aí incluso: comportamento demográfico, tábua biométrica, taxa mínima atuarial);

VIII- Participação em discussões sobre concessão de benefícios;

IX- Participações como palestrante (sem ônus) em eventos do IPSEMC;

X- Participação como palestrante nos eventos previdenciários municipais;

XI- Participação efetiva na elaboração e respostas técnicas inerentes ao novo projeto de lei relativo ao plano de equacionamento do déficit atuarial;

XII- Elaboração do Relatório Anual de Investimentos 2022;

XIII- Entre outros assuntos que são exigidos necessariamente.

2.10 Código de Ética do IPSEMC

O IPSEMC já possui este documento relevante desde muito tempo sendo necessário de vez em quando uma atualização. O código está disposto para todos os servidores como também disponibilizado no Portal da Autarquia www.ipsemc.pb.gov.br no link http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx. Vale ressaltar que foi realizado um treinamento e capacitação sobre o Código de Ética com todos os servidores visando um melhor entendimento quanto ao ambiente de negócio previdenciário.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.11 Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor

A partir do exercício de 2018 a Prefeitura Municipal de Cabedelo criou o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT vinculado à Secretaria de Administração com a finalidade de promover de forma contínua a saúde e proteger a integridade do servidor no local de trabalho.

Esse serviço que consideramos de enorme relevância é composto por uma Equipe Multiprofissional sendo eles Médico do trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho e Auxiliar ou Técnico de Enfermagem do Trabalho vem desenvolvendo atividades excepcionais das quais destacamos:

I- Ações preparatórias de saúde do servidor com palestras, eventos promocionais de saúde, encontros temáticos, exercícios, entre outros;
II- Registro de absenteísmo para controle administrativo;
III- Elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
IV- Elaboração do Programa de Controle de Saúde e Medicina Ocupacional – PCSMO;
V- Elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT;
VI- Elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP;
VII- Atestados de Saúde Ocupacional – ASO'S (Admissional, Periódico, de Mudança de Função, de Retorno ao Trabalho e Demissional);
VIII- Laudo das Condições de Insalubridade;
IX- Entre outros de sua responsabilidade.

Este Serviço vem funcionando a contento, pois já obtivemos retorno em processos de aposentadoria especiais cuja modalidade exige a aplicação de regras do Regime Geral de Previdência Social – RGPS com elaboração de LTCA e PPP, também já ocorreram eventos sobre saúde do servidor abrangendo alguns temas em diversos setores dentre eles citamos a Secretaria de Administração e IPSEMC, conforme Relatório do SESMT entregue à Auditoria do Pró-Gestão RPPS e, por último houve uma ação efetiva em todos os servidores do IPSEMC para fins de preenchimentos dos requisitos do e-Social.

Contar com o SESMT é de importância fundamental para adotar medidas efetivas de proteção aos servidores, pois é o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho que reúne profissionais qualificados na aplicação de rotinas de saúde e segurança do trabalho (SST), visando a prevenção da saúde ocupacional e melhor qualidade de vida no trabalho. Ainda incompreendido por muitos o SESMT é de suma importância nas organizações que se presam e, sobretudo, porque ao realizar essas e outras ações cumprem critérios tanto do e-Social como do Pró-Gestão RPPS!

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.12 Política Anual de Investimentos

A Política Anual de Investimentos – PAI/2023 cumprida e a de 2024 foi elaborada pelo Comitê de Investimentos e Presidência do IPSEMC submetida ao Conselho Deliberativo Municipal de Previdência - CONDPREV que analisou e aprovou em reunião ocorrida no dia 24 de outubro de 2022 conforme registro em Atas do mesmo dia.

Os estudos, pesquisas e debates inerentes à Política Anual de Investimentos para o Exercício de 2024, foram iniciados desde o mês de agosto do ano anterior, todavia, durante o período até a sua aprovação houve estudos, pesquisas e debates veio a ser aprovada na data publicada.

A política anual de investimentos desempenha um papel fundamental para organizações e indivíduos que buscam otimizar suas decisões financeiras e maximizar os retornos dos investimentos. Ela se refere a um plano estratégico que estabelece as diretrizes, metas e alocações de recursos financeiros para investimentos ao longo de um período de um ano. Aqui estão algumas das razões pelas quais a política anual de investimentos é importante:

Otimização dos recursos financeiros:
A política anual de investimentos ajuda a alocar recursos financeiros de forma eficiente e eficaz. Ela define como os recursos serão distribuídos entre diferentes tipos de investimentos, como ações, títulos, imóveis e outros ativos. Isso evita desperdícios e garante que o dinheiro seja direcionado para oportunidades que tenham o potencial de gerar retornos positivos.

Redução de riscos:
Ao estabelecer critérios claros para a diversificação dos investimentos, a política anual de investimentos ajuda a reduzir os riscos associados a flutuações nos mercados financeiros. A diversificação permite que os investidores minimizem o impacto de perdas em um determinado setor ou ativo, aumentando a segurança geral da carteira de investimentos.

Consistência e disciplina:
Ter uma política anual de investimentos ajuda a manter a consistência e a disciplina nas decisões financeiras. Ela orienta os investidores a aderirem a um plano predefinido, evitando a tentação de tomar decisões impulsivas baseadas em movimentos de curto prazo nos mercados.

Metas claras:
A política de investimentos anual define metas financeiras realistas e mensuráveis para o período de um ano. Isso fornece um quadro claro para avaliar o desempenho dos investimentos ao longo do tempo e ajustar as estratégias, se necessário, para atingir os objetivos estabelecidos.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Transparência e comunicação:
Uma política anual de investimentos também promove a transparência e a comunicação entre partes interessadas, como investidores institucionais, fundos de investimento, conselhos deliberativos e outros. Isso ajuda a criar confiança e a manter todos os envolvidos informados sobre as estratégias e os resultados dos investimentos.

Adaptação às mudanças:
Embora seja uma política anual, ela não precisa ser rígida e imutável. Ela deve ser flexível o suficiente para se adaptar a mudanças nas condições econômicas e de mercado. Isso permite ajustes na forma legal conforme novas informações e tendências emergem ao longo do ano.

Base para avaliação de desempenho:
A política anual de investimentos serve como uma base sólida para avaliar o desempenho dos investimentos ao longo do ano. Comparando os resultados reais com as metas estabelecidas, é possível identificar o sucesso das estratégias adotadas e fazer ajustes para melhorar os resultados futuros.

Em resumo, a política anual de investimentos é uma ferramenta crucial para orientar decisões financeiras inteligentes, reduzir riscos, alcançar metas financeiras e manter a disciplina em relação aos investimentos ao longo do tempo. Ela proporciona um quadro estruturado para tomar decisões informadas e consistentes, considerando tanto as oportunidades quanto os riscos do mercado financeiro. A PAI representa uma formalidade legal que fundamenta todos os processos de tomada de decisões relativos aos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, sendo também um instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro. Para cumprimento das determinações legais pertinentes:

I- O IPSEMC elaborou e executa o que determina a PAI;
II- Administra a Carteira de Investimentos como determina a PAI;
III- Registro de absenteísmo para controle administrativo;
IV- Obedece aos Regulamentos do Mercado de Capitais e do Sistema Financeiro na forma legal definida previdenciariamente;
V- Obedece ao que determina Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN;
VI- Obedece as Recomendações da SPREV/MPS.

2.13 Comitê de Investimentos / Área de Investimentos

Um comitê de investimentos desempenha um papel crucial na gestão e tomada de decisões relacionadas aos investimentos de uma organização, seja ela uma empresa, fundo de investimento, instituição de caridade ou fundo de pensão. A importância desse comitê reside em vários aspectos:

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Tomada de Decisões Informadas:
Um comitê de investimentos reúne indivíduos com experiência e conhecimento em áreas como finanças, economia e investimentos. Eles analisam cuidadosamente as opções de investimento, consideram as tendências do mercado, avaliam os riscos e retornos potenciais e tomam decisões informadas e fundamentadas.

Gestão de Riscos:
Investimentos estão sempre associados a riscos. Um comitê de investimentos ajuda a identificar, avaliar e mitigar esses riscos. Eles podem diversificar a carteira de investimentos para reduzir a exposição a riscos específicos, além de definir estratégias de gerenciamento de riscos em diferentes cenários econômicos.

Objetivos de Investimento:
O comitê de investimentos trabalha para alinhar os investimentos aos objetivos da organização. Isso pode envolver a busca de crescimento de capital, geração de renda, preservação de capital ou uma combinação de diferentes objetivos, dependendo das metas financeiras da organização.

Transparência e Responsabilidade:
O comitê de investimentos opera de maneira transparente e responsável. Eles documentam suas decisões, estratégias e justificativas por trás de cada movimento, o que não apenas mantém os membros responsáveis, mas também permite uma auditoria posterior das decisões tomadas.

Monitoramento Contínuo:
Investir é um processo contínuo. Um comitê de investimentos não apenas toma decisões iniciais, mas também monitora o desempenho dos investimentos ao longo do tempo. Se necessário, eles podem fazer ajustes na carteira de investimentos para se adaptarem a mudanças nas condições do mercado ou nas metas da organização.

Gestão Profissional:
Mesmo que a organização tenha pessoal interno com experiência em investimentos, um comitê de investimentos pode trazer uma perspectiva externa e uma expertise adicional. Isso ajuda a evitar a tendência de pensamento de grupo e a introduzir ideias frescas na estratégia de investimento.

Compliance e Regulamentações:
Um comitê de investimentos garante que todas as decisões de investimento estejam em conformidade com as regulamentações financeiras e as políticas internas da organização. Isso ajuda a evitar problemas legais ou regulatórios que possam surgir de decisões inadequadas ou não conformes.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Em resumo, um comitê de investimentos é essencial para garantir que os recursos financeiros de uma organização sejam gerenciados de forma eficaz, eficiente e alinhada com seus objetivos e valores. Através de uma abordagem colaborativa e baseada em conhecimento, o comitê busca otimizar o desempenho da carteira de investimentos enquanto gerencia os riscos associados.

O Comitê de Investimentos - COI é o órgão independente de caráter auxiliar e consultivo que tem por finalidade sugerir, aconselhar e aprovar as políticas de aplicações e/ou resgates ou ainda remanejamento da carteira de investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores de Cabedelo – IPSEMC tendo como referência a Política Anual de Investimentos previamente aprovada pelo Conselho Administrativo e Fiscal.

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 23/2016, de 03 de junho de 2016, que altera o Decreto nº 31-A/2012, que reforma o Comitê de Investimentos e determina sobre seu regulamento interno e disciplina a hierarquia funcional das decisões de investimentos bem como o que determina a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 – DOU de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados e Municípios como também à vista das disposições contidas nas Portarias 170, de 25 de abril de 2012 e 440, de 09 de outubro de 2013 ambas do Ministério da Previdência Social e na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 expedida pelo Conselho Monetário Nacional e o disposto na Portaria SEPRT/ME nº 9.907, DE 14 DE ABRIL DE 2020, que normatiza sobre a qualificação dos membros do COI, o qual é Composto por 06 (seis) membros que atuam colaborando com:

I- Relacionamento e Credenciamento as instituições financeiras;
II- Gestão da carteira de investimentos;
III- Fiscalizando e atuando as estratégias de negócios / alocação utilizadas pela gestão para promover a governança dos investimentos visto que se destinam à concessão e manutenção de benefícios;
IV- Fiscalizando e atuando nas estratégias de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades;
V- Fiscalizando e atuando no desemprenho dos investimentos para facilitar as tomadas de decisões;
VI- Composição dos investimentos;
VII- Receita de investimentos;
VIII- Rentabilidade;
IX- Índices / Benchmark;
X- Deliberações do Comitê de Investimentos – COI;
XI- Pareceres emitidos;
XII- Recomendações dos Conselhos Previdenciários;
XIII- Resgastes das aplicações;
XIV- Estudo de ALM / Solvência;
XV- Entre outros que quiser abordar.

Todos esses assuntos estão disponibilizados no Portal do IPSEMC www.ipsemc.pb.gov.br

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.14 Transparência

A transparência é um princípio fundamental para o funcionamento saudável e eficaz de uma organização, independentemente de ser uma empresa, uma instituição governamental, uma ONG ou qualquer outro tipo de entidade. Ela se refere à prática de compartilhar informações relevantes de forma aberta e acessível para todas as partes interessadas, incluindo funcionários, clientes, investidores, parceiros, comunidade e público em geral. A importância da transparência em uma organização é multifacetada e abrange diversos aspectos:

Credibilidade e Confiança:
A transparência é fundamental para construir e manter a confiança das partes interessadas. Quando uma organização é aberta sobre suas operações, decisões e desafios, ela demonstra honestidade e integridade, o que contribui para uma reputação positiva.

Tomada de Decisão Informada:
A transparência fornece informações claras e precisas sobre os processos decisórios e estratégicos da organização. Isso permite que funcionários, clientes e investidores compreendam as razões por trás das decisões e avaliem se estão alinhadas com os valores e objetivos da organização.

Engajamento dos Funcionários:
A transparência cria um ambiente no qual os funcionários se sentem mais valorizados e envolvidos. Quando eles têm acesso a informações sobre a direção da empresa, metas e desafios, eles podem se sentir mais conectados e motivados a contribuir positivamente.

Inovação e Melhoria Contínua:
A abertura na comunicação permite que ideias fluam mais livremente dentro da organização. Funcionários são mais propensos a compartilhar insights, sugestões e feedback quando percebem que sua contribuição é valorizada e que a liderança está disposta a ouvi-los.

Responsabilidade e Responsabilização:
A transparência ajuda a evitar práticas não éticas ou ilegais, uma vez que há uma prestação de contas perante várias partes interessadas. Isso incentiva a liderança e os funcionários a agirem de maneira responsável e ética.

Relações com Investidores e Clientes:
A transparência é crucial para manter investidores informados sobre o desempenho financeiro e estratégico da organização. Da mesma forma, os clientes confiam mais em empresas que compartilham informações relevantes sobre seus produtos, serviços e práticas comerciais.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Gestão de Crises:
Quando uma organização é transparente, ela está melhor preparada para enfrentar crises de forma eficaz. A comunicação aberta e honesta durante momentos difíceis ajuda a manter a confiança das partes interessadas e a limitar danos à reputação.

Conformidade Regulatória:
Em muitos setores, a transparência é uma exigência legal. Organizações que cumprem regulamentações e requisitos de divulgação podem evitar penalidades legais e outras consequências negativas.

Em resumo, a transparência é um alicerce essencial para a governança corporativa eficaz, a confiança das partes interessadas e o sucesso sustentável a longo prazo de qualquer organização. Ela promove um ambiente de colaboração, inovação e responsabilidade, permitindo que a organização cresça de maneira saudável e mantenha relacionamentos positivos com todos os envolvidos.

Como delineou o Manual do Pró-Gestão RPPS, "a transparência cria meios adequados e eficientes de divulgação das informações relevantes para as partes interessadas além daquelas impostas por leis ou regulamentos. A transparência proporciona confiança tanto internamente quanto nas relações da organização com terceiros.

A transparência também ocasiona um estado de Equidade, ou seja, um tratamento justo e isonômico entre os segurados interessados: servidores ativos, aposentados, pensionistas, o ente federativo, agentes internos ou externos, servidores da unidade gestora, prestadores de serviços, agentes financeiros, órgãos de supervisão, orientação e supervisão bem como a sociedade em geral com os quais o RPPS cumpre rigorosamente os passos deste relacionamento.

A transparência acarreta a visualização da prestação de contas, ou seja, os agentes de governança: administradores, gestores, conselheiros tornam-se responsáveis pelos seus atos e omissões. Com esses mecanismos a organização possibilita que todos os envolvidos no sistema previdenciário mantenham esta rotina em suas atividades administrativas relacionadas a seus controladores ou representados.

A transparência também mostra a responsabilidade corporativa, ou seja, o zelo com os recursos do RPPS, com o objetivo de serem alocados segundo a legislação que rege a matéria e para os fins a que se destina: pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. Também denota a adoção de um conjunto de iniciativas que revelam preocupações sociais e ambientais abrangendo desde ações para melhoria da qualidade de vida dos colaboradores até cooperação com ações sociais, mitigação de impactos ambientais, dentre outras, como bem dispõe o Manual do Pró-Gestão RPPS.

Como mostrado no relatório do segundo semestre/2021, tudo se encontra disponibilizado no Portal do IPSEMC, por exemplo:

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

I- Normas e/ou documentos corporativos

1) Leis – Legislação Previdenciária no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/legislacao.aspx
2) Atas do Comitê de Investimentos no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi.aspx
3) Atas do Conselho Administrativo: CAMPREV no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev.aspx
4) Atas do Conselho Fiscal: CONFIPREV no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/confiprev.aspx
5) Atas da Diretoria Executiva no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/diretoriaexecutiva.aspx
6) Periódico Oficial do IPSEMC – POI no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/diretoriaexecutiva.aspx
7) Calendário de Reunião dos Conselhos no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev_calendario.aspx
8) Calendário de Reunião da DE no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/executiva_calendario.aspx
9) Organogramas dos Conselhos no Menu: Publicações nos links: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev_organograma.aspx e http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/confiprev_organograma.aspx respectivamente.
10) Código de Ética no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx
11) Cronograma das Ações Previdenciárias no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cronogramaacoes.aspx
12) Histórico do IPSEMC / Resumo no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/historico.aspx
13) Organograma do IPSEMC no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/organograma.aspx
14) Relatório de Gestão Atuarial no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/rgga.aspx
15) Relatório Anual de Governança / Gestão do IPSEMC no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestao.aspx
16) Relatório de Controle Interno no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/controleinterno.aspx
17) Planejamento Estratégico no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/planejamentoestrategico.aspx
18) Acórdãos do TCE-PB - Prestações de Contas do IPSEMC no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/tce.aspx
19) Termos de Uso do Portal no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/termos.aspx

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

20) Política de Privacidade no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/politica.aspx
21) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP emitido pelo Ministério da Economia – ME/SPREV no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/crp.aspx
22) Relatório de Avaliação Atuarial / DRAA no Menu: Institucional no link: h http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/draa.aspx
23) Demonstrativo de Investimentos DIPR no Menu: Institucional no link: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/dipr/consultarDemonstrativos.xhtml
24) DAIR no Menu: Institucional no link: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml
25) DPIN no Menu: Institucional no link: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/dpinV2/consultarDemonstrativos.xhtml
26) Certidões Negativas do IPSEMC no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/certidoes.aspx
27) No Menu: Carta de Serviços além das informações sobre os vários serviços tem o Guia de Benefícios no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/guiabeneficios.aspx
28) Cartilha Previdenciária no Menu: Carta de Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartilhaprevidenciaria.aspx
29) Programa de Educação Previdenciária - Preparação para Aposentadoria - PPA no Menu: Carta de Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartilhaprevidenciaria.aspx
30) Programa de Educação Previdenciária / Pós Aposentadori no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/
31) Formulários APRs – Autorização de Aplicação e Resgastes no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/aprs.aspx
32) Atas do Comitê de Investimento do IPSEMC –COI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi.aspx
33) Organograma do Comitê de Investimento do IPSEMC –COI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_organograma.aspx
34) Calendário do Comitê de Investimento do IPSEMC –COI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_calendario.aspx
35) Demonstrativos de Investimentos no Menu: Investimentos no link: htt http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_demonstrativo.aspx

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

36) Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/editalcredenciamento.aspx
37) Laudo de Credenciamento de Instituições Financeiras no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/laudocredenciamento.aspx
38) Política Anual de Investimentos - PAI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/investimento_politica.aspx
39) Relatório Analítico de Investimentos no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimento.aspx
40) Relatório de acompanhamento dos Investimentos no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimentoacompanhamento.aspx
41) Relatório de Solvência / ALM no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/solvencia.aspx
42) Contabilidade / Transparência (onde constam: Empenhos, Balancetes e Balanço Anual) do IPSEMC no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/transparencia.aspx
43) Auto Atendimento (contracheque) no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx
44) Auto Atendimento (declaração de IRRF) no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx
45) Auto Atendimento (extrato previdenciário) no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx
46) Legislação / Resoluções e outros no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/legislacao.aspx
47) Previpsemc (Informativo do IPSEMC) no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/previpsemc.aspx
48) Consulta a Certidão de Tempo de Contribuição – CTC emitida pelo IPSEMC no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ctc.aspx
49) Atendimento de Processos que estejam vinculados ao Portal no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx
50) Menu: Contato, por meio do qual o(a) segurado(a) e/ou cidadão outro poderá entrar em contato para fins de atendimento previdenciário.
51) Menu: Ouvidoria – por meio do qual o(a) segurado(a) e/ou cidadão poderá também entrar em contato para assuntos previdenciários de seu interesse.
52) Menu: Pesquisa de Satisfação – por meio da qual o(a) segurado(a) poderá colaborar opiando, sugerindo, avaliando a governança previdenciária do Município.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

II- Outro Canal de Transparência é o TCE-PB que dispõe da documentação do IPSEMC, pois fiscaliza, audita.

III- Outro Canal de Transparência é o Ministério do Trabalho e Previdência / Secretaria Especial de Previdência também que dispõe da documentação do IPSEMC, pois fiscaliza, audita.

IV- Resumo: Tudo está à disposição dos segurados:

a) Lei de Criação do IPSEMC;
b) Acórdãos do TCE-PB;
c) Leis federais que regem RPPS;
d) Lei Previdenciária Municipal;
e) Atas dos colegiados;
f) Código de Ética;
g) Os regimentos internos;
h) O Planeamento Estratégico;
i) Portarias Ministeriais;
j) Práticas contábeis;
k) Tudo está disponibilizado no Portal da Autarquia;
l) Outros que possam existir no âmbito da entidade.

2.15 Definição de Limites de Alçada

A Resolução Normativa RN nº 01/2021 – atualizou em 2021 as atribuições e competências dos cargos comissionados e funções gratificadas bem como estabeleceu a política de alçada decisória no âmbito do IPSEMC, constituindo os limites de alçada nos pilares e dimensões necessárias. Todos estes aspectos já vinham normatizados anteriormente, mas sempre que há necessidades legais de reavaliação desse documento é feita a devida atualização para adaptá-la a mudanças ou alterações legais que sejam pertinentes.

2.16 Segregação de Atividades

A Resolução Normativa RN n 01/2021 – atualizou em 2021 as atribuições e competências dos cargos comissionados e funções gratificadas e estabelece a política de segregação de atividades no âmbito do IPSEMC constituindo a separação das atividades nos pilares / dimensões necessárias. Todos estes aspectos já vinham normatizados anteriormente, mas sempre que há necessidades legais de reavaliação desse documento é feita a devida atualização para adaptá-la a mudanças ou alterações legais que sejam pertinentes.

2.17 Ouvidoria

A Ouvidoria é atuante, certificada e executa suas atividades sob a regência do Manual de Gestão da Ouvidoria do IPSEMC cumprindo com o seu objetivo geral de aprimorar o processo de comunicação existente entre o IPSEMC e o cidadão buscando sempre fortalecer o exercício da cidadania e promover a melhoria contínua dos serviços realizados pela Administração Previdenciária Municipal.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.18 Diretoria Executiva – DE

Como dito no relatório anterior, formada pela Lei Municipal 2.283 de 16 de maio de 2023, agregando a Presidência e diretorias já existentes no IPSEMC sem nenhum acréscimo de despesa e atua nos processos normativos e compliance da organização no sentido de:

I- Promover a gestão do regime próprio de previdência social do Município de Cabedelo;
II- Definir metas e planejar meios para a gestão administrativa e financeira deste regime próprio de previdência social, inclusive acerca do seu orçamento anual e plurianual, e quando necessário submeter aos respectivos Conselhos;
III- Deliberar sobre a expedição e conteúdo das normas reguladoras das atividades administrativas deste regime próprio de previdência social;
IV- Cumprir e fazer cumprir as deliberações, quando for o caso, as deliberações do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV, a legislação municipal e as normas gerais de previdência;
V- Decidir, em nível recursal, sobre os requerimentos de concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários;
VI- Supervisionar o recolhimento das contribuições previdenciárias e, quando necessário, adotar as medidas de sua revisão ou cobrança;
VII- Promover a condução dos investimentos das reservas garantidoras dos benefícios deste regime próprio de previdência social, observada a política e as diretrizes definidas pelo Comitê de Investimentos - COI e devidamente homologadas pelo Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV;
VIII- Autorizar a realização de despesas extraordinárias.

A formação da diretoria tem propiciado melhor atendimento aos normativos que regem a previdência própria como também o cumprimento das atividades legais e próprias, assim como os relatórios de auditorias internas e/ou externas, melhor controle de certidões negativas de débitos, controle e avaliação das deliberações registradas em atas (Conselho Administrativo ou da Diretoria Executiva, controle de compras e aquisições (contratos), calendário de reuniões dos órgãos da entidade, atos e documentos constitutivos, entre outros assuntos importantes nos processos organizacionais como também na solução de problemas sobre os quais tenha que deliberar.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.19 Conselhos Deliberativo - CONDPREV e Fiscal – CONFIPREV Municipal de Previdência

Os Conselhos Deliberativo e Fiscal Municipal de Previdência / CONDPREV e CONFIPREV instituídos pelos artigos 25 e 26 da Lei Municipal nº 1.412/08, de 22 de agosto de 2008, com as alterações da Lei 1.709/14, de 18 de junho de 2014 e da Lei 2.045, de 30 de dezembro de 2019 e, por último alterados com o advento da Lei Municipal 2.283 de 16 de maio de 2023, são órgãos superiores consultivos, deliberativos e fiscalizadores do IPSEMC.

2.19.1 Importância de um Conselho Deliberativo

Um Conselho Deliberativo desempenha um papel fundamental em organizações, empresas, instituições e até mesmo em governos, dependendo do contexto em que é aplicado. A importância de um Conselho Deliberativo reside em sua capacidade de fornecer orientação estratégica, tomar decisões importantes e garantir a representação de diversas perspectivas e interesses. Aqui estão alguns dos principais motivos pelos quais um Conselho Deliberativo é considerado importante:

Tomada de Decisões Estratégicas:
O Conselho Deliberativo é responsável por tomar decisões estratégicas de longo prazo que afetam a direção e o objetivo da organização. Essas decisões podem incluir questões financeiras, de expansão, de investimento, de aquisição, entre outras. A diversidade de conhecimento e experiência dos membros do conselho pode ajudar a tomar decisões mais informadas.

Governança e Supervisão:
O Conselho Deliberativo supervisiona as operações da organização para garantir que elas estejam alinhadas aos objetivos e valores estabelecidos. Isso ajuda a prevenir práticas inadequadas, desvios éticos e outras questões de governança.

Representação de Stakeholders:
O conselho muitas vezes inclui membros que representam diferentes partes interessadas, como acionistas, clientes, funcionários e a comunidade em geral. Isso ajuda a garantir que as decisões tomadas considerem uma ampla gama de perspectivas e interesses, resultando em escolhas mais equilibradas.

Expertise Diversificada:
Os membros do Conselho Deliberativo geralmente têm experiências e conhecimentos variados em diferentes áreas, como finanças, marketing, operações, jurídico, etc. Essa diversidade de expertise permite que o conselho ofereça insights valiosos em várias áreas de atividade da organização.

Aconselhamento e Orientação:
Além de tomar decisões, o Conselho Deliberativo fornece aconselhamento e orientação à administração executiva. Isso ajuda os líderes da organização a tomar decisões informadas, considerando várias perspectivas e mitigando riscos potenciais.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Responsabilidade e Transparência:
A existência de um Conselho Deliberativo aumenta a responsabilidade e a transparência nas operações da organização. O conselho pode exigir relatórios regulares da administração executiva, garantindo que a organização seja gerenciada de forma eficaz e ética.

Tomada de Decisões Imparciais:
O Conselho Deliberativo tende a tomar decisões com base em fatos e informações, em vez de influências políticas ou emocionais. Isso ajuda a evitar decisões precipitadas e parciais que possam prejudicar a organização.

Em resumo, um Conselho Deliberativo desempenha um papel crucial na governança, orientação estratégica e tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos organizacionais. Sua diversidade, expertise e responsabilidade ajudam a garantir que as decisões tomadas beneficiem a organização como um todo e suas partes interessadas.

2.19.2 Importância de um Conselho Fiscal

Um Conselho Fiscal desempenha um papel crucial nas organizações, sejam elas empresas, instituições sem fins lucrativos ou entidades governamentais. O principal propósito de um Conselho Fiscal é supervisionar as atividades financeiras e contábeis da entidade para garantir que elas sejam conduzidas de maneira transparente, ética e em conformidade com as regulamentações e normas aplicáveis. Aqui estão algumas das principais razões que destacam a importância de um Conselho Fiscal:

Transparência e Integridade:
Um Conselho Fiscal ajuda a assegurar a transparência nas operações financeiras da organização, prevenindo fraudes, má gestão financeira e práticas não éticas. Sua supervisão ajuda a manter a integridade das informações financeiras e contábeis.

Conformidade Legal e Regulatória:
As organizações estão sujeitas a uma série de regulamentos e obrigações legais relacionadas às finanças e contabilidade. Um Conselho Fiscal garante que a organização esteja aderindo a essas regras, evitando penalidades legais e riscos reputacionais.

Gestão de Riscos Financeiros:
O Conselho Fiscal pode avaliar os riscos financeiros que a organização enfrenta e propor medidas para mitigá-los. Isso ajuda a proteger os ativos da organização e a garantir sua estabilidade financeira.

Tomada de Decisões Informadas:
Ao revisar e analisar regularmente os relatórios financeiros, o Conselho Fiscal fornece informações valiosas à alta administração e aos acionistas. Isso ajuda na tomada de decisões informadas e estratégicas.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Confiança dos Stakeholders:
A existência de um Conselho Fiscal confiável e eficaz aumenta a confiança dos investidores, clientes, fornecedores e outras partes interessadas na saúde financeira e governança da organização.

Avaliação da Auditoria:
O Conselho Fiscal muitas vezes colabora com auditores para revisar as demonstrações financeiras da organização. Sua participação fortalece o processo de auditoria, assegurando que os auditores tenham acesso a informações relevantes e possam identificar possíveis problemas.

Prevenção de Conflitos de Interesse:
Um Conselho Fiscal pode ajudar a identificar e evitar conflitos de interesse que possam surgir nas operações financeiras e de gestão. Isso promove a equidade e a imparcialidade nas decisões.

Aconselhamento Estratégico:
Além de suas funções de supervisão financeira, um Conselho Fiscal experiente pode oferecer insights estratégicos à administração, ajudando a moldar a direção financeira e operacional da organização.

Em resumo, um Conselho Fiscal é uma salvaguarda importante para garantir que uma organização opere de maneira financeiramente sólida, ética e legal. Sua supervisão e orientação contribuem para a saúde financeira a longo prazo e para a confiança de todas as partes interessadas na organização.

Estes Conselhos têm atuado de forma positiva com responsabilidade, comprometimento e independência estando sempre presentes nas reuniões ordinárias e extraordinárias como também aproveitando toda a oportunidade concedida para treinamento e capacitação. A participação e o controle dos Conselhos são sempre registrados em atas em consonância com o Regimento Interno de cada um onde constam os objetos de suas opiniões, pareceres, deliberações, fiscalizações.

2.20 Mandato, Representação e Recondução

Os mandatos da presidência, da Diretoria Executiva e dos conselhos assim como representação ou recondução serão conduzidos em consonância com a Lei Municipal 2.283 de 16 de maio de 2023 a fim de que o nosso RPPS continue com uma gestão eficiente e salutar para a previdência assim como o serviço tenha continuidade e retorno. Este retorno tem ficado marcado na história do IPSEMC o qual foi premiado diversas vezes em Prêmios Nacionais de Boas Práticas de Governança Previdenciária, e, por fim, no Programa de Modernização dos regimes Próprios de Previdência do Brasil – Pró-Gestão RPPS realizado pelo Ministério da Economia por meio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SPREV/ME e avaliado por auditores independentes alcançando o Nível II do Pró-Gestão RPPS no Exercício de 2018, em dia 11 de novembro 2021 alcançou o Nível III sendo uma das maiores vitórias ou conquista alcançado pelo RPPS ser Certificado no Nível III do Pró-Gestão RPPS. Em novembro de 2022, passou novamente pela auditoria e permanece em nível III.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.21 Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas é de extrema importância para o sucesso e o bom funcionamento de qualquer organização, independentemente do seu tamanho ou setor de atuação. Ela envolve a administração de todos os aspectos relacionados aos colaboradores de uma empresa, desde a a admissão até o desenvolvimento contínuo e a eventual saída.

Aqui estão algumas das razões fundamentais que destacam a importância da gestão de pessoas:

Desenvolvimento e Retenção de Talentos:
Uma gestão eficaz de pessoas ajuda a identificar, atrair e reter talentos valiosos para a organização. Isso é crucial para manter uma equipe competente e comprometida, resultando em maior produtividade e inovação.

Motivação e Engajamento:
Colaboradores motivados e engajados tendem a ser mais produtivos, criativos e dedicados ao seu trabalho. A gestão de pessoas envolve criar um ambiente de trabalho positivo, oferecendo reconhecimento, oportunidades de crescimento e um equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação:
Investir no desenvolvimento das habilidades dos colaboradores não apenas beneficia a empresa, mas também promove o crescimento pessoal e profissional dos indivíduos. Isso pode ser alcançado por meio de treinamentos, workshops e programas de capacitação.

Alinhamento com Objetivos Organizacionais: Uma gestão de pessoas eficiente assegura que os objetivos e metas individuais estejam alinhados com os objetivos maiores da organização. Isso ajuda a criar um senso de propósito e coesão dentro da equipe.

Redução de Conflitos e Problemas: Uma boa gestão de pessoas inclui a identificação e resolução de conflitos no ambiente de trabalho. Isso promove um ambiente mais harmonioso e produtivo, minimizando a interrupção nas operações diárias.
Inovação e Criatividade:
Ao promover um ambiente que valoriza a diversidade de ideias e opiniões, a gestão de pessoas estimula a inovação e a criatividade. Colaboradores que se sentem valorizados são mais propensos a contribuir com novas abordagens e soluções.

Liderança Eficaz:
A gestão de pessoas inclui o desenvolvimento de líderes competentes e inspiradores. Líderes bem treinados são capazes de orientar, motivar e direcionar equipes de maneira eficaz, resultando em um desempenho coletivo aprimorado.

Clima Organizacional:
A maneira como os colaboradores se sentem em relação ao ambiente de trabalho e à cultura organizacional afeta diretamente sua satisfação e produtividade. Uma gestão de pessoas cuidadosa ajuda a cultivar um clima positivo e saudável.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Adaptação às Mudanças:
As organizações estão constantemente sujeitas a mudanças, sejam elas tecnológicas, econômicas ou de mercado. A gestão de pessoas facilita a adaptação, garantindo que os colaboradores estejam preparados para enfrentar novos desafios.

Responsabilidade Social Corporativa:
Ao tratar os colaboradores com respeito, proporcionar condições de trabalho justas e promover a diversidade e inclusão, as empresas demonstram uma postura ética e socialmente responsável.

Em resumo, a gestão de pessoas não é apenas uma função administrativa, mas um pilar estratégico que influencia diretamente o desempenho e o sucesso global de uma organização. Ela reconhece que os colaboradores são o ativo mais valioso e investe no seu desenvolvimento, bem-estar e satisfação para alcançar resultados positivos a longo prazo.

A Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Pessoas ou Administração de Recursos Humanos no IPSEMC é executada em todos os aspectos quando aplica-se um conjunto de conhecimentos e técnicas administrativas especializadas no gerenciamento das relações das pessoas umas com as outras em um ambiente de trabalho agradável onde essas pessoas que são os recursos mais importantes de uma organização possam exercer sua função e desenvolver seu trabalho de forma produtiva e comprometidas com a missão institucional. Para tanto, o planejamento estratégico também serve para trabalhar as pessoas que formam a equipe a fim de obter de cada uma o seu engajamento e compromisso no que for definido.

Por outro lado, o treinamento, a capacitação, a manualização das atividades, o mapeamento dos processos de trabalhos tem servido para nortear a realização das atividades para que as mesmas fluam sem burocratização.

Rua Vereador Benedito Ribeiro de Araújo, nº 648, Praia Formosa, Cabedelo/PB - 58101-132
Tel.: (83) 3228-4799 / 3228-1484 - www.ipsemc.pb.gov.br / e-mail: ipsemc@ipsemc.pb.gov.br

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.22 Resumo das atividades no âmbito do IPSEMC Segundo Semestre de 2023

Nº	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	QUANTIDADE
01	Aposentadoria por tempo de contribuição	006
02	Aposentadoria Especial	000
03	Aposentadoria por Invalidez	000
04	Aposentadoria Compulsória	000
05	Extinção de Pensão Temporária	003
06	Extinção de Pensão Vitalícia	002
07	Pensão Vitalícia por morte de Aposentado	002
08	Pensão Temporária por morte de Aposentado	000
09	Pensão Vitalícia por morte de Ativo	001
10	Pensão Temporária por morte de Ativo	001
11	Benefícios cessados por morte	004
12	Benefícios Indeferidos	005
13	Certidões de Tempo de Contribuições expedidas (do início até a presente data)	199
14	Reversão de Benefício	001
15	Solicitações outras	052
16	Concessão de Margens Consignadas para a CEF	
17	Processos encaminhados ao TCE-PB para homologação da Corte	012
18	Portarias expedidas	074
19	Resoluções Normativas expedidas	003
20	Declarações e ou Certidões outras expedidas	010
21	Ofícios expedidos	141
22	Ofícios Margem Consignável e BB	
23	Recadastramentos (Cem por cento atingido no Exercício 2023)	100%
24	Memorando expedidos	082
25	Recadastramento por Vídeo Chamada	015
26	Atendimento Público (SERPRO)	730
27	Livro Digital (Visitantes)	130
28	APRs expedidas	063
29	Notificações do TCE-PB respondidas	019
30	Despachos diversos nos processos institucionais	165
31	Cartas de homenagem a aposentados	025
32	Passivo Judicial Liquidado: • Pareceres Jurídicos emitidos em processos de concessão de benefícios, contratações, outros. • Defesas em processos judiciais efetivadas e cumprimento também de decisões judiciais atualizados. • Despachos jurídicos diversos. • Processos ativos, baixados, como autor, como réu. • Na Comarca de Cabedelo e/ou em outras Comarcas. • Em fase de conhecimento. • Em fase de Execução. • Precatórios.	

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

33	E-mails respondidos	015
34	GESTÃO DE OUVIDORIA E RECEPÇÃO E PROTOCOLO – julho a dezembro 2023	
35	Reclamação	004
36	Denúncia	000
37	Informações Gerais	221
38	Sugestões	001
39	Elogio	026
40	Aposentadorias / Pensões (Contatos / ligações / informações e outros)	098
41	Mensagens via whatsApp	038
42	Telefonemas (Fazer / Receber)	120
43	E-mails (recebidos / respondidos)	000
44	Participações em Pesquisa de Satisfação Presencial	056
45	Atendimento presencial (GAPRES)	078
46	Quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência –CONDPREV	
47	Ata da Reunião	001
48	Quinta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência –CONDPREV	
49	Ata da Reunião	001
50	Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência –CONDPREV	
51	Ata da Reunião	001
52	Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência –CONDPREV	
53	Ata da Reunião	001
54	Quinta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência –CONDPREV	
55	Ata da Reunião	001
56	Sexta Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência –CONDPREV	
57	Sétima Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência –CONDPREV	
58	Ata da Reunião	001
59	Oitava Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência –CONDPREV	
60	Ata da Reunião	001

61	Sétima Reunião Ordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
62	Ata da Reunião	001
63	Oitava Reunião Ordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
64	Ata da Reunião	001
65	Nona Reunião Ordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
66	Ata da Reunião	001

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

67	Décima Reunião Ordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
68	Ata da Reunião	001
69	Décima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
70	Ata da Reunião	001
71	Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
72	Ata da Reunião	001
73	Quinta Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
74	Ata da Reunião	001
75	Sexta Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
76	Ata da Reunião	001
77	Sétima Extraordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
78	Ata da Reunião	001
79	Oitava Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
80	Ata da Reunião	001
81	Cartilha Previdenciária – Reforma da Previdência Publicada no Portal	
82	Pagamento dos aposentados e pensionistas atualizados – no período de julho a dezembro de 2023 o IPSEMC pagou o montante de R$ 16.126.603,68 (dezesseis milhões cento e vinte e seis mil seiscentos e três reais e sessenta e oito centavos).	
83	Pagamentos realizados no âmbito da Taxa de Administração no período de janeiro a junho de 2023 foi de R$ 1.383.908,57 (um milhão trezentos e oitenta e três mil novecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos), tudo em conformidade com os 3% (três por cento) conforme prever a legislação que rege a matéria.	
84	Contribuições Parte Patronal repassadas pelo Ente Prefeitura e Câmara Municipal atualizadas – no período de janeiro a junho de 2023 o IPSEMC recebeu o montante de R$ 7.060.724,85 (sete milhões sessenta mil setecentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos).	
85	Contribuições Parte Servidor repassadas pelo Ente Prefeitura e Câmara Municipal atualizadas - no período de julho a dezembro de 2022 o IPSEMC recebeu o montante de R$ 7.420.995,29 (sete milhões quatrocentos e vinte mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos).	
86	Alíquota Suplementar atualizadas pela Prefeitura e Câmara - no período de janeiro a junho de 2023 o IPSEMC recebeu o montante de R$ 9.417.627,69 (nove milhões quatrocentos e dezessete mil seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos).	
87	Parcelamentos atualizados – no período de janeiro a junho de 2023 R$ 1.063.013,10 (um milhão sessenta e três mil treze reais e dez centavos).	
88	Compensação Previdenciária atualizada. O IPSEMC percebeu no período de de janeiro a junho de 2023 o montante de R$ 1.742.061,16 (um milhão setecentos e quarenta e dois mil sessenta e um reais e dezesseis centavos).	
89	Controle de Bens Patrimoniais móveis, material de higiene e limpeza, consume e expediente atualizados.	

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

90

Aos (19/7), membros do Comitê de Investimentos e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Ipsemc participaram de uma visita técnica e de um curso de capacitação especificamente voltado para Fundos de Investimentos com foco em Mercado de Ações, conforme exigências definidas na Certificação Pró-Gestão Nível III do Ministério da Previdência Social. O curso foi promovido pela Finacap, como também a visita técnica em sua sede na capital Recife/PE e foi ministrado pelos professores Alexandre Brito e Pedro Bezerra. Além dos principais conceitos, teorias e dados mais fundamentais sobre o Mercado de Ações, foram passadas dicas importantes para obtenção da Certificação em RPPS exigida juridicamente para exercício da função de conselheiros e membros de Comitês e gestão.

Os participantes tiveram a oportunidade também de conhecer o economista Prof. Aristides Bezerra Cavalcanti e Prof. Samuel Emery Lopes, que juntos fundaram em 1997 a Finacap Investimentos, que atualmente é uma das principais gestoras independentes do Brasil. Os emblemáticos sócio-fundadores da Finacap apresentaram a alma da empresa e relataram algumas de suas experiências no mercado financeiro. Uma de suas principais recomendações podem ser resumidas em "Cuidado!" em tudo que planejamos e executamos, uma vez que cada detalhe tem sua importância e pode fazer muita diferença nos resultados esperados.

Para Léa Praxedes, presidente do Ipsemc e membro do Condiprev: "foi uma oportunidade única e imperdível de qualificar melhor os conselheiros e membros do COI para uma área difícil como é a do Mercado de Ações, para um entendimento melhor e mais exato de como funciona, como devemos gerir, pensar e o que podemos esperar desta forma de investimentos dentro de nossa esfera."

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

91

Aos (20/07) fomos recebidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Dr. Antônio Nominando Diniz. O objetivo do encontro foi para tratar de assuntos técnicos relacionados à governança dos RPPS da Paraíba objetivando a melhoria contínua do segmento. Foi um momento muito proveitoso em todos os sentidos pelo que agradecemos a receptividade e atenção de nossa Egrégia Corte de Contas.

92

Aos (28/07) participamos da solenidade de celebração pela formação profissional no Curso Técnico dos nossos segurados do Ipsemc da categoria de Agente Comunitário de Saúde ocorrida no Cabedelo Clube! Parabéns ao nosso Prefeito Dr. Vitor Hugo, ao Secretário de Saúde também pela valorização da categoria e parabéns a todos que, superando os desafios, alcançaram essa vitória!

93

Reunião com a Comissão de Avaliação do Planejamento Estratégico inerente ao 1º Semestre 2023.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

94

Realização pela ASPREVPB do IV seminário estadual de previdência. O evento ocorreu no Aram Beach Convention hotel, Tambaú, JP/PB, no período de 02 a 04 de agosto. Foi mais um momento imperdível de crescimento em conhecimento e experiência, no qual os participantes puderam se atualizar quanto aos principais temas da área previdenciária com técnicos e profissionais altamente renomados na Paraíba e no Brasil. Foram representantes do Ministério do Trabalho Previdência, Tribunal de contas do estado TCE/PB.

95

Uma equipe de servidores e colaboradores do Ipsemc participou do curso de Formação de Agentes de Contratação - Planejamento Lei nº 14.133/2021, realizado no Atlântico Praia Hotel, em João Pessoa, no período de 07 a 09 de agosto. O curso foi ministrado pelos professores Abimael Torcate e Leonardo Mota e teve como principal objetivo capacitar o participante a trabalhar com a referida Lei, especialmente na elaboração do DFD - Documento de Formalização da Demanda, dos Estudos Técnicos, Termo de Relevância, Pesquisa de Preços, entre outros, constituindo um curso essencial para quem lida com compras públicas. De modo simples e direto, para o usuário que talvez ainda não saiba, todo órgão público precisa realizar compras para manter as coisas funcionando: contratar serviços, adquirir bens, móveis, materiais de consumo, realizar cursos, eventos etc. Este processo de compra é regido pelas leis de licitações (valores, documentação, prazos, pagamento, exigências etc.). Onde é necessário um processo de compra existe todo um conjunto de leis para licitação que precisa ser totalmente obedecido e esses cursos atualizam os conhecimentos de seus participantes para realizarem a licitação de forma correta. Parabéns aos participantes e que colhamos os frutos desta atualização de conhecimentos, fundamental para os agentes e setores envolvidos nos processos de compras (Licitação) do instituto.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

96

Aos (23/08), o Ipsemc – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cabedelo realizou o VII Seminário Municipal de Previdência, no Teatro Santa Catarina e contou com cerca de 200 participantes entre servidores ativos majoritariamente da Guarda Municipal de Cabedelo, servidores e membros dos conselhos do Instituto, além de representantes das áreas jurídica e administrativa do município, especialmente dos Secretários Municipais Josenilda Batista (Administração/Sead) e Magalhães Lourenço (Segurança e Defesa Social), que também é o Comandante da Guarda Metropolitana de Cabedelo. O Seminário teve o seguinte tema "Ser previdente é conhecer e colaborar com a sustentabilidade de sua previdência para garantir o futuro". A abertura solene foi feita pela Presidente do instituto Léa Santana Praxedes e Josenilda (Sead) que apresentaram os objetivos principais do Seminário que é educar previdenciariamente o servidor, cumprir exigências legais é muito especialmente no que diz respeito ao Programa Nacional de Qualidade Pró Gestão RPPS, no qual o Ipsemc é certificado em Nível III. Em seguida, o Diretor de Atuári a do Ipsemc, prof. Thiago Silveira, ministrou a palestra "Aspectos relevantes básicos de sua Previdência. Como entendê-los para buscar a sustentabilidade de sua aposentadoria?", na qual esclareceu em linhas gerais questões sobre Aplicação dos recursos, CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), Certificação do Pró Gestão Nível III, Princípios da Gestão, dentre outros. Para f ins de clareza, o termo atuária refere-se basicamente ao cálculo, por exemplo, dos fundos a serem criados para as coberturas dos atuais e futuros benefícios, criação de relatórios de avaliação de alcance da previdência e análise e medição dos riscos. Cumprindo a programação, o Assessor Jurídico, Landsberg Famento, apresentou a palestra "Aspectos básicos da Nova Previdência com ênfase nas modalidades de Benefícios no RPPS – conhecer e entender para colaborar com a sustentabilidade de sua aposentadoria", no qual apresentou especificidades sobre a legislação aplicável ao ato aposentatório, bem como deixou o espaço aberto para que os servidores colocassem em debate todas as possíveis dúvidas referentes à concessão de benefícios.

97

4ª Reunião Ordinária do Condprev - O Condprev (Conselho Deliberativo de Previdência, antigo Camprev), na manhã desta quinta (31/08), realizou sua Quarta Reunião Ordinária de 2023 a fim de analisar e avaliar Gestão Previdenciária do Ipsemc referente ao mês de julho de 2023, entre outras questões. Logo após, com a presença de membros do COI - Comitê de Investimentos e do Confiprev - Conselho Fiscal de Previdência, foram apresentadas e descritas novas opções de investimentos para reformulação e adequação da carteira do instituto.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

98

O Confiprev (Conselho Fiscal Municipal de Previdência) realizou sua Oitava Reunião Ordinária de 2023 a fim de analisar e avaliar o relatório mensal de acompanhamento dos Investimentos do Ipsemc referente ao mês de julho de 2023, entre outras questões. É um serviço de enorme relevância para a Governança Previdenciária do Ipsemc, sendo um trabalho voluntário, pelo que seus membros não recebem nenhum valor ou ajuda de custo pelas reuniões e atividades desenvolvidas, salvo em situações específicas.

99

Professora Sônia, este ato marca o dia de sua aposentadoria convicta de sua missão na educação. O seu conhecimento foi essencial para a formação de muitos e só temos a agradecer o empenho e luta ao longo de todos esses anos. Aproveite e viva com alegria esse novo ciclo de sua vida! Parabéns de todos nós que fazemos o seu IPSEMC.

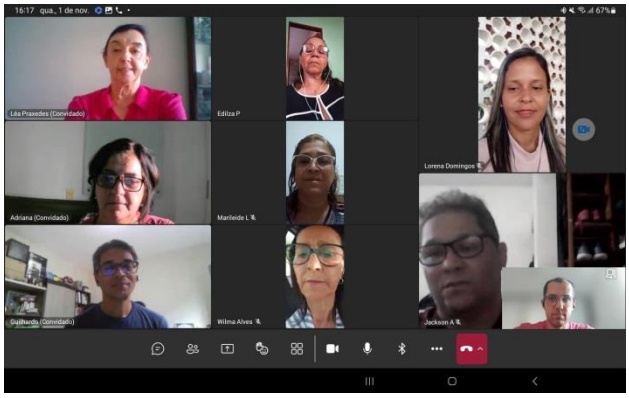
100

Reunida com a DE tratando as ações de nossa previdência com muita responsabilidade e compromisso, objetivando produtividade em todas as dimensões da governança a fim de alcançar mais resultados e em menos tempo, sem deixar de lado a qualidade, seja com treinamentos, aplicativos, trabalho em equipe e, é claro, vontade e disposição para trabalhar e trabalhar sob as bênçãos de Deus!

101

Aos 18/10, no auditório da Prefeitura Municipal de Cabedelo, o Ipsemc reuniu membros dos Comitê de Investimentos do Ipsemc (COI), Conselhos Deliberativo (Condprev) e Fiscal (Confiprev) e a Consultoria C&M (Crédito & Mercado) e no ato debateu, definiu e aprovou a Política Anual de Investimentos - PAI 2024, que é um documento obrigatório com parâmetros definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN n° 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN n° 4.392/2014, pela Resolução CMN n° 4.604/2017 e posteriormente pela Resolução CMN n° 4.695/e 2018 (doravante denominada simplesmente Res olução CMN nº 3.922/2010). Em termos práticos, a PAI define normas para gestão e acompanhamento dos investimentos dos Regimes Próprios da Previdência Social (RPPS), no caso, do Ipsemc. A Política de Investimentos desempenha um papel crucial na definição clara das diretrizes fundamentais e na gestão dos níveis de exposição ao risco para todos os investimentos, com o objetivo de otimizar o desempenho e superar as metas de retorno estipuladas.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

102	Aos (01/11) mais uma reunião extraordinária on-line com os Conselhos Deliberativo e Fiscal debate bastante substancioso sobre investimentos e, respectiva tomada de decisão. Juntos Somos mais Fortes na complexa governança onde atuamos de modo a cumprir nossa missão! 
103	Recebendo a visita desses excelentes profissionais / professores / palestrantes Vitor Leitao e o Thiago da exímia "Lema Economia & Finanças" onde podemos trocar ideias voltadas para os nossos RPPS!
104	Reunião com a "Comissão de Avaliação de Desempenho" fruto de um novo projeto realizado em nosso RPPS! Agradeço o empenho, a agilidade e a pró-atividade da relevante comissão no trabalho realizado que mostrou empatia, transparência, solidariedade e lealdade, ingredientes necessários ao sucesso em grupo e à conduta ética e vencedora.
105	Em reunião com esses excelentes servidores efetivos - profissionais excelentes Arquiteto Wellington Sec. Adjunto SEPLAN e Engenheira Klivia - Gestora Fiscal da obra que está sendo realizada em nosso RPPS. Agradecemos por todo o empenho que vem sendo dispendido por vocês em subsidiar os serviços a fim de que possamos caminhar para a finalização.]

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

106

Aos (14/11) após exaustiva Auditoria do Pró-Gestão RPPS - Programa Nacional de Qualidade de RPPS, é hora de - mesmo com simplicidade - comemorarmos e celebrarmos a grandiosa vitória no atingimento de 100% do trabalhoso e complexo Nível III. Lidamos com atividades complexas e também com conflitos e muitos desafios que existem e nos acompanham em nossa jornada laboral até porque trabalhamos sem descanso.

A vida é curta mesmo que não percebamos e, aproveitar a existência para deixar um legado deve ser o nosso to. Mesmo diante de todos os obstáculos temos que esculpir a "melhoria contínua" com paciência e determinação para transformar os problemas em oportunidades visando o alcance dos objetivos.

107

COMPROVAÇÃO DO IPSEMC CERTIFICADO EM NÍVEL III DO PRÓ-GESTÃO RPPS

CERTIFICADO

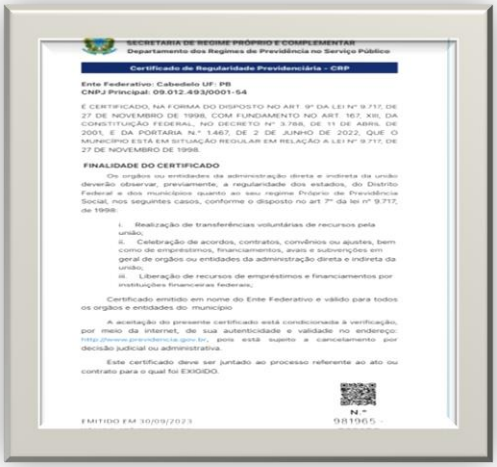
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CABEDELO

PRÓ-GESTÃO RPPS

Nível III

SPREV Pró-Gestão

108


SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Cabedelo UF: PB
CNPJ Principal: 09.012.493/0001-54

FINALIDADE DO CERTIFICADO

EMITIDO EM 30/09/2023

N.º 981965

COMPROVANTE DE QUE O MUNICÍPIO / IPSEMC TEM O CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP) RENOVADO

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

109

A 8ª edição do Seminário Municipal de Previdência, promovido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo - IPSEMC, dentro de seu PPA/Educação Previdenciaria - foi consolidado com a presença da categoria de Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias, ocorrido no dia (15/12/2023) no Auditorio do IFPB - Campus Cabedelo, com temática voltada para concessão de benefícios, gestão atuarial, código de ética e política de segurança da informação para fortalecer a capacitação dos servidores do quadro efetivo, conselheiros e outros.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

110

Aos (27/12), na sede do Ipsemc - Cabedelo-PB, foi realizada a última reunião ordinária 2023 do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência. O encontro, acontece seis vezes ao ano e outras tantas vezes de forma extra-ordinária visando avaliar, acompanhar os rumos da instituição, sacramentando decisões cruciais a respeito dos diversos temas que compõem a governança previdenciária.

111

Na manhã de hoje (dia 27/12), o Ipsemc testemunhou um marco significativo em seu calendário corporativo. Em uma reunião produtiva no Gabinete da Presidência, membros dos conselhos do Confiprev (Conselho Fiscal Previdenciário) e Condprev (Conselho Deliberativo Previdenciário) se reuniram para avaliar e resolver questões relacionadas ao Plano de Ação dos Conselhos para 2024 cm definição do calendário de reuniões, Planejamento Estratégico 2024 a 2030, dentre outros, marcando uma etapa decisiva na trajetória do Ipsemc.

Em um esforço contínuo para manter e elevar os padrões de governança, o Ipsemc cumpriu os critérios do Pró Gestão, evidenciando seu certificado de Nível de Aderência III e foram apresentadas aos demais servidores do Ipsemc e conselheiros as seguintes palestras: Dra. Daniella Cabral, Chefe do Setor de Acompanhamento Processual, falou sobre o "Novo Código de Ética", abordando os aspectos comportamentais dos servidores. Em seguida, Jackson Angelo, Chefe do Setor de Processamento de Dados, discorreu sobre "Segurança da Informação", enfatizando a importância de um ambiente seguro e colaborativo.

112

Última reunião da Comissão de Avaliação do Planejamento Estratégico onde as estratégias metodológicas ajudaram a coordenação e definição das diretrizes, pois por meio delas foi e é possível orientar a equipe adequadamente e entender onde estão os principais desafios a serem enfrentados. Para isso foi elaborado o próximo planejamento para nortear o caminho rumo à excelência pública que desejamos.

113

Última reunião Ordinária da DE (26/12) onde tomamos decisões importantes quanto à melhoria contínua da governança Previdenciária, pois não existe trabalho sem tomada de decisão. Toda função exige escolhas e decisões acertadas. Algumas nem percebemos, já são incorporadas à rotina automática. Mas certas decisões precisam ser tomadas visando mudar o destino dos servidores e da autarquia, podem até ser encruzilhadas que definem novos caminhos.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

114

No período de 29/11 a 01/12 coordenação e participação no Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS, promovido pela ABIPEM no Centro de Convenções de João Pessoa-PB. Um momento extraordinário.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

115

Premiação dos Servidores que obtiveram o 1º Lugar na Avaliação de Desempenho!

"***Nosso trabalho em equipe visa proporcionar sustentabilidade ao nosso RPPS***."

(Léa Praxedes)

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.23 O Tripé: Conhecimento, Habilidade e Competência

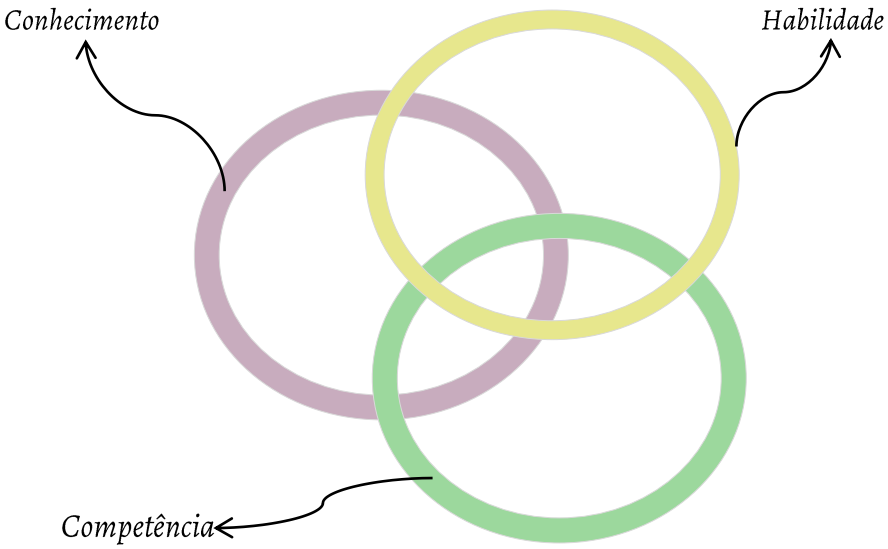
Idalberto Chiavenato, um dos grandes autores brasileiros sobre recursos humanos, reforça ponto crucial que também se manifesta no campo da aprendizagem / capacitação corporativa: construção de conhecimento, habilidade e competência.

I- Conhecimento: É o saber. Constitui o resultado de aprender a aprender, aprender continuamente;

II- Habilidade: É o saber fazer. Significa utilizar e aplicar o conhecimento, seja para resolver problemas ou situações ou criar e inovar;

III- Competência: É o saber fazer acontecer.

(CHIAVENATO, 2005, p. 53)



Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.24 Gestão dos Investimentos tendo como fonte o Relatório de Acompanhamento da Carteira de Investimentos referente ao mês de Dezembro 2023

2.24.1 Relação das Instituições Financeiras Credenciadas

2.23.1.1 Credenciamento de Instituições Financeiras (Gestores / Administradores)

As Instituições Financeiras estão devidamente credenciadas no IPSEMC, a relação dos gestores/administradores são exatamente as relacionadas na tabela a seguir:

I- SUL AMERICA GESTORA DE RECURSOS S.A. (21.813.291/0001-07) Vencimento: 15/09/2025

II- AZ QUEST INVESTIMENTOS (04.506.394/0001-05) Vencimento: 15/09/2025

III- ITAÚ UNIBANCO S.A. (60.701.190/0001-04) Vencimento: 28/10/2025

IV- BANCO BRADESCO S.A. (60.746.948/0001-12) Vencimento: 29/11/2025

V- BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁ (62.375.134/0001-44) Vencimento: 29/11/2025

VI- BAHIA AM RENDA VARIAVEL LTDA (13.143.849/0001-66) Vencimento: 16/01/2024

VII- CAIXA DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. (42.040.639/0001-40) Vencimento: 24/01/2024

VIII- RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA (03.864.607/0001-08) Vencimento: 15/01/2024

IX- CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS (10.626.543/0001-72) Vencimento: 23/03/2024

X- BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (00.066.670/0001-00) Vencimento: 23/03/2024

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

XI- BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. (01.522.368/0001-82) Vencimento: 04/04/2024

XII- XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA. (16.789.525/0001-98) Vencimento: 04/04/2024

XIII- 4UM GESTÃO DE RECURSOS LTDA (03.983.856/0001-12) Vencimento: 01/05/2024

XIV- BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (30.822.936/0001-69) Vencimento: 02/05/2024

XV- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (00.360.305/0001-04) Vencimento: 11/05/2024

XVI- XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT LTDA (37.918.829/0001-98) Vencimento: 06/06/2024

XVII- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (07.237.373/0001-20) Vencimento: 06/06/2024

XVIII- SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA. (92.886.662/0001-29) Vencimento: 06/06/2024

XIX- MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS LTDA (16.500.294/0001-80) Vencimento: 06/06/2024

XX- SANTANDER CACEIS BRASIL DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A (62.318.407/0001-19) Vencimento: 16/08/2024

XXI- SOMMA INVESTIMENTOS S.A (05.563.299/0001-06) Vencimento: 19/08/2024

XXII- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (90.400.888/0001-42) Vencimento: 20/08/2024

XXIII- SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA (10.231.177/0001-52) Vencimento: 20/08/2024

XXIV- FINACAP INVESTIMENTOS LTDA. (01.294.929/0001-33) Vencimento 13/02/2025

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

XXV- BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (59.281.253/0001-23) Vencimento 15/09/2025

XXVI- BTG PACTUAL GESTORA DE RECURSOS LTDA (09.631.542/0001-37 Vencimento 15/09/2025

1.1 Cadastramento de Distribuidores e Agentes Autônomos

I- PRIVATIZA AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS SS (00.840.515/0001-08) Vencimento: 14/02/2025

II- PERFORME AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS EIRELI (10.819.611/0001-10) Data de Atualização: 26/05/2021

III- XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A (02.332.886/0001-04) Data de Atualização: 26/05/2025

IV- ATINA - AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS (40.171.197/0001-46) Vencimento: 14/02/2025

Todos as Instituições Financeiras Credenciadas no IPSEMC estão contidas no site do IPSEMC (www.ipsemc.pb.gov.br) e pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/laudocredenciamento.aspx com os respectivas formulários e datas de credenciamento. As que têm seu credenciamento desatualizado foram notificadas a proceder à regularização.

2.25 Carteira de Investimentos

A Carteira de Investimentos é trabalhada com o maior esforço, atenção e dedicação da gestão previdenciária, pois é uma gestão complexa que envolve riscos diversos, que são variáveis externas que acabam interferindo para melhor ou para pior, face às mudanças, na economia nacional e internacional, movimentos no exterior, comportamentos mercadológicos e, por conseguinte, necessita-se construí-la de forma a mitigar esses riscos e garantir a curto, médio e longo prazo os rendimentos garantidores dos benefícios concedidos e a conceder pelo Instituto.

A Carteira de Investimentos está diversificada em 34 (trinta e quatro) fundos de investimentos, sendo 16 em Renda Fixa e 14 em Renda Variável e 4 Fundo no Exterior, com isso tenta-se evitar que a rentabilidade esteja exposta ao mesmo tipo de risco, mercado ou indexador, razão porque segmenta-se dessa forma, visto que com uma diversificação responsável e comprometida, forma-se uma carteira de ativos com uma estratégia ancorada em diferentes indexadores justamente para proporcionar o equilíbrio e o balanceamento necessários à uma melhor e maior segurança, liquidez, o que redundará na mitigação de riscos.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

A Carteira de Investimentos do IPSEMC tem o seguinte Enquadramento neste mês de dezembro/2023:

Produto / Fundo	Carência	Saldo	Enquadramento
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Não há	11.596.356,24	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	Não há	21.551.956,95	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Não há	28.030.762,61	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1795 dias	5.264.620,03	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BNB RPPS IMA-B FI RENDA FIXA	Não há	872.408,13	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	15/08/2024	6.231.846,82	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	Não há	42.442.003,90	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	Não há	37.359.420,60	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	Não há	19.044.399,22	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Não há	12.066.588,40	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	Não há	3.028.948,86	Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Não há	12.454.719,03	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-GERAL FIC RENDA FIXA	Não há	19.036.620,16	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
RIO BRAVO ESTRATÉGICO IMA-B FI RENDA FIXA	Não há	11.142.408,00	Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '
SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Não há	3.016.535,62	Artigo 7º, Inciso V, Alínea ' b '
SOMMA TORINO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Não há	2.894.940,92	Artigo 7º, Inciso V, Alínea ' b '
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	Não há	1.204.413,13	Artigo 8º, Inciso I
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	Não há	3.254.195,73	Artigo 8º, Inciso I
AZ QUEST SMALL MID CAPS INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	Não há	7.711.199,63	Artigo 8º, Inciso I
BAHIA AM VALUATION FIC AÇÕES	Não há	9.469.065,13	Artigo 8º, Inciso I
BB AÇÕES VALOR FIC AÇÕES	Não há	16.065.833,61	Artigo 8º, Inciso I
BNB SELEÇÃO FI AÇÕES	Não há	2.988.831,48	Artigo 8º, Inciso I
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	Não há	10.752.144,88	Artigo 8º, Inciso I
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	Não há	2.388.964,84	Artigo 8º, Inciso I
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	Não há	2.019.591,39	Artigo 8º, Inciso I
SOMMA BRASIL FI AÇÕES	Não há	1.912.261,86	Artigo 8º, Inciso I
SULAMÉRICA EQUITIES FI AÇÕES	Não há	5.200.197,95	Artigo 8º, Inciso I
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	Não há	3.154.299,39	Artigo 9º, Inciso II
MAG GLOBAL SUSTAINABLE INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	Não há	631.786,36	Artigo 9º, Inciso II
SCHRODER SUSTENTABILIDADE GLOBAIS USD IS INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	Não há	1.540.550,02	Artigo 9º, Inciso II
4UM FI AÇÕES BDR NÍVEL I	Não há	1.084.931,07	Artigo 9º, Inciso III
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	Não há	12.465.097,63	Artigo 10º, Inciso I
CAIXA JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP	Não há	5.541.420,33	Artigo 10º, Inciso I
RIO BRAVO PROTEÇÃO FI MULTIMERCADO	Não há	5.911.797,01	Artigo 10º, Inciso I
329.331.116,93			

2.26 Estratégias de alocação e a Política Anual de Investimentos

A Estratégia de Alocação no âmbito do IPSEMC está disposta na Política Anual de Investimentos – PAI/2023, que traçou o caminho a ser seguido durante o exercício, sem desconsiderar as necessidades de ajustes, se for o caso, porque se trata de um plano estratégico de investimentos formatado dentro da legislação que rege e disciplina a matéria.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Diante do exposto e conforme informações colhidas no fechamento do mês de dezembro/2023 verifica-se que os percentuais de investimentos por enquadramento, não ultrapassaram a estratégia de alocação definidos na Política Anual de Investimentos em vigor.

Apresenta-se neste ato, o quadro extraído da Política de Investimentos 2023 com a estratégia definida.

Artigos - Renda Fixa	Resolução % Pró Gestão - Nivel 3	Carteira $	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2023			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' a '	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	20,00%	75,00%	246.998.337,70
Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '	100,00%	187.489.311,76	56,93%	24,68%	30,00%	81,95%	82.397.538,56
Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '	75,00%	42.633.747,19	12,95%	0,00%	0,00%	70,00%	187.898.034,66
Artigo 7º, Inciso IV	20,00%	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	18,00%	59.279.601,05
Artigo 7º, Inciso V, Alínea ' b '	15,00%	5.911.476,54	1,79%	1,00%	3,00%	10,00%	27.021.635,15
Total Renda Fixa	100,00%	236.034.535,49	71,67%	25,68%	58,00%	254,95%	

Artigos - Renda Variável Estruturado - Fundo Imobiliário	Resolução % Pró Gestão - Nivel 3	Carteira $	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2023			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 8º, Inciso I	45,00%	62.966.699,63	19,12%	15,00%	20,00%	42,00%	75.352.369,48
Artigo 8º, Inciso II	45,00%	0,00	0,00%	0,00%	1,00%	5,00%	16.466.555,85
Artigo 10º, Inciso I	15,00%	23.918.314,97	7,26%	7,50%	9,00%	14,00%	22.188.041,40
Artigo 10º, Inciso II	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	1,00%	8,00%	26.346.489,35
Artigo 11º	15,00%	0,00	0,00%	0,00%	1,00%	10,00%	32.933.111,69
Total Renda Variável / Estruturado / Fundo Imobiliário	45,00%	86.885.014,60	26,38%	22,50%	32,00%	79,00%	

Artigos Exterior	Resolução % Pró Gestão - Nivel 3	Carteira $	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite -			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 9º, Inciso II	10,00%	5.326.635,77	1,62%	3,75%	5,00%	8,00%	21.019.853,58
Artigo 9º, Inciso III	10,00%	1.084.931,07	0,33%	3,75%	5,00%	8,00%	25.261.558,28
Total Exterior	10,00%	6.411.566,84	1,95%	7,50%	10,00%	16,00%	

Os limites respeitam as condições previstas na Resolução 4.695/18 em seus Artigo 7º § 10º e Artigo 8º § 10º para RPPS Certificado pelo Pró-Gestão.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.27 Composição dos Investimentos

A Carteira de Investimentos do IPSEMC está composta da seguinte forma em consonância com as normas legais pertinentes e com a PAI/2023:

Sub-segmento	Valor	%	Característica
GESTÃO DURATION	57.067.309,00	17,33%	GESTÃO DURATION - R$ 57.067.309,00 - 17,3282%
IMA-GERAL	38.081.019,38	11,56%	LONGO PRAZO - R$ 68.462.031,08 - 20,7882%
IMA-B	24.469.535,16	7,43%	
CRÉDITO PRIVADO	5.911.476,54	1,79%	
IDKA IPCA 2A	37.359.420,60	11,34%	MÉDIO PRAZO - R$ 70.407.844,40 - 21,3790%
IMA-B 5	33.048.423,80	10,04%	
IRF-M 1	40.097.351,01	12,18%	CURTO PRAZO - R$ 40.097.351,01 - 12,1754%
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	12.169.808,49	3,70%	AÇÕES - R$ 62.966.699,63 - 19,1196%
AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	4.901.093,34	1,49%	
AÇÕES - LIVRES	22.240.801,40	6,75%	
AÇÕES - VALOR	23.654.996,40	7,18%	
MULTIMERCADO - OUTROS	5.541.420,33	1,68%	MULTIMERCADO - R$ 23.918.314,97 - 7,2627%
MULTIMERCADO - CONSERVADOR	5.911.797,01	1,80%	
MULTIMERCADO - MACRO	12.465.097,63	3,78%	
MULTIMERCADO - EXTERIOR	631.786,36	0,19%	EXTERIOR - R$ 6.411.566,84 - 1,9468%
AÇÕES - EXTERIOR	5.779.780,48	1,76%	

2.28 Receitas de Investimentos

As receitas de investimentos estão descritas conforme quadro a seguir especificado:

Investimentos	Valor	%	Mês anterior	Variação
Renda Fixa	236.034.535,49	71,67%	230.982.436,52	5.052.098,97
Renda Variável	86.885.014,60	26,38%	82.989.916,81	3.895.097,79
Invest. Exterior	6.411.566,84	1,95%	6.166.900,09	244.666,75
Total	329.331.116,93	100,00%	320.139.253,42	9.191.863,51

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.29 Rentabilidade

A rentabilidade está descrita no quadro a seguir:

Mês	Renda Fixa	Renda Variável	Invest. Exterior	Rentabilidade	Retorno Acumulado	Meta Atuarial	GAP Acumulado
Janeiro	0,91%	2,73%	5,74%	1,45%	1,45%	0,96%	151,52%
Fevereiro	1,14%	-5,42%	-1,52%	-0,55%	0,89%	1,19%	41,35%
Março	1,55%	-2,24%	2,22%	0,67%	1,57%	1,16%	46,87%
Abril	1,04%	1,44%	-0,96%	1,11%	2,69%	0,96%	62,07%
Maio	1,35%	3,06%	2,58%	1,80%	4,54%	0,66%	90,41%
Junho	1,53%	6,33%	1,79%	2,73%	7,39%	0,33%	137,82%
Julho	0,95%	2,58%	3,85%	1,42%	8,92%	0,53%	150,75%
Agosto	0,49%	-4,25%	0,63%	-0,72%	8,13%	0,68%	122,58%
Setembro	0,27%	0,12%	-4,66%	0,13%	8,27%	0,65%	113,00%
Outubro	0,11%	-2,94%	-2,82%	-0,72%	7,50%	0,65%	93,52%
Novembro	1,62%	9,13%	10,31%	3,63%	11,40%	0,67%	130,44%
Dezembro	1,40%	4,80%	3,97%	2,33%	13,99%	0,95%	143,19%

No Brasil, o Copom manteve a Selic no patamar de 13,75%, conforme amplamente esperado. Entretanto, diferente do comunicado, a ata da reunião mostrou que a maioria predominante dos membros consideram que o processo de desinflação observado é suficiente para sinalizar um processo parcimonioso de inflexão nas taxas de juros na próxima reunião. Ainda no mês, a reunião do Conselho Monetário (CMN) manteve a meta de inflação para os próximos dois anos em 3% e adotará, a partir de 2025, uma meta contínua em 3%. A confirmação da meta nesse patamar ajudará – ainda que parcialmente – a reduzir as expectativas de inflação para prazos mais longos e poderá resultar em processo de flexibilização monetária mais célere.

Os acontecimentos de junho no cenário doméstico dão mais clareza para os próximos passos da política monetária. Com a definição da meta de inflação – que ajudará a reduzir as expectativas de inflação – e as sinalizações dadas pelo Copom, ficou mais evidente o ciclo de cortes na Selic deve iniciar em agosto, processo que deve transcorrer até meados de 2024. Cenário de junho indica que o ciclo de corte de juros no Brasil está próximo de começar.

2.30 Índices

Os indicadores formam um conjunto de índices nos investimentos que são usados para referenciar um fundo de investimentos e também como ferramenta para acompanhamento e comparação de rendimentos de investimentos, que subsidiam as tomadas de decisões.

O quadro de Índice do IPSEMC está representado a seguir:

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Mês	CDI	IDKA (2anos)	Ibovespa	IPCA	IMA-B	Meta atuarial	Meta realizada
Janeiro	1,12%	1,44%	3,37%	0,53%	0,00%	0,96%	1,45%
Fevereiro	0,92%	1,62%	-7,49%	0,84%	1,28%	1,19%	-0,55%
Março	1,17%	1,58%	-2,91%	0,71%	2,66%	1,16%	0,67%
Abril	0,92%	0,71%	2,50%	0,61%	2,02%	0,96%	1,11%
Maio	1,12%	0,29%	3,74%	0,23%	2,53%	0,66%	1,80%
Junho	1,07%	0,97%	9,00%	-0,08%	2,39%	0,33%	2,73%
Julho	1,07%	0,98%	3,27%	0,12%	0,81%	0,53%	1,42%
Agosto	1,14%	0,77%	-5,09%	0,23%	-0,38%	0,68%	-0,72%
Setembro	0,97%	0,29%	0,71%	0,26%	-0,95%	0,65%	0,13%
Outubro	1,00%	-0,41%	-2,94%	0,24%	-0,66%	0,65%	-0,72%
Novembro	0,92%	1,83%	12,54%	0,28%	2,62%	0,67%	3,63%
Dezembro	0,90%	1,45%	5,38%	0,56%	2,75%	0,95%	2,33%

2.31 Controles de Riscos

A Política de Investimentos do IPSEMC trata também da metodologia de controle de riscos com o objetivo de fazer com que a autarquia não seja prejudicada pelos **riscos** já conhecidos e que apresentam diferentes impactos e probabilidades de acontecer, mas por meio de métodos e critérios adotados, possa analisar os riscos dos investimentos, assim como as diretrizes para seu controle e monitoramento, nas diversas dimensões, seja riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros específicos a cada operação e tolerância do RPPS a esses riscos mencionados, conforme exposto no Art. 101, da Portaria 1.467/22.

Promover o monitoramento e controle de riscos é uma das práticas mais importantes em todas as organizações hoje, apesar de não limitar-se somente a esta área, mas a todas as dimensões como uma prática de segurança ocupacional, dos processos, do meio ambiente e bem estar até dos segurados. Como se verifica o controle de riscos tem ampla e geral funcionalidade, pois é a adoção de medidas preventivas o que o torna essencial. Essa postura proativa abre espaço significativo para adoção de estratégias de contenção e melhorias no âmbito do RPPS.

A Política enfoca que as aplicações financeiras estão sujeitas à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e consequentemente, fica o **IPSEMC** obrigado a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, considerando entre eles:

2.31.1 **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.31.2 **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;

2.31.3 **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

2.32 Resumo Avaliativo com Resultado do Segundo Semestre do Exercício de 2023 em relação ao Planejamento Estratégico – período 2018 a 2023

Desde o advento do Planejamento Estratégico em nosso RPPS esta presidência tem em seu bureaux um minilivro impresso contendo a Planilha de Acompanhamento Anual das Estratégias, Objetivos Estratégicos, Metas e Ações, entretanto, fechando o período com ótimo resultado como especificado no próximo item.

Avaliação abrangeu o segundo semestre que consolida o Exercício de 2023.

ESTRATÉGIA I PROGRAMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO	
INDICADORES	**RESULTADO ALCANÇADO (%)**
Conjunto de Ações OE.1 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.2 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.3 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.4 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.5 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.6 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.7 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.8 = 100%	99%
Conjunto de Ações OE.9 = 100%	0%
Conjunto de Ações OE.10 = 100%	100%
MÉDIA GERAL DO CONJUNTO DE AÇÕES = 100%	**89,9%**

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

ESTRATÉGIA II PROGRAMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	
INDICADORES	**RESULTADO ALCANÇADO**
Conjunto de Ações OE.1 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.2 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.3 = 100%	100%
Conjunto de Ações OE.4 = 100%	100%
MÉDIA GERAL DO CONJUNTO DE AÇÕES = 100%	**100%**

ESTRATÉGIA III PROGRAMAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO	
INDICADORES	**RESULTADO ALCANÇADO**
Conjunto de Ações OE.1 = 100%	85%
Conjunto de Ações OE.2 = 100%	90%
Conjunto de Ações OE.3 = 100%	100%
MÉDIA GERAL DO CONJUNTO DE AÇÕES = 100%	**91,6%**

ESTRATÉGIA IV PROGRAMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL	
INDICADORES	**RESULTADO ALCANÇADO**
Conjunto de Ações OE.1 = 100%	**96%**
Conjunto de Ações OE.2 = 100%	**90%**
Conjunto de Ações OE.3 = 100%	100%
MÉDIA GERAL DO CONJUNTO DE AÇÕES = 100%	**95,3%**

ESTRATÉGIA V PROGRAMAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	
INDICADORES	**RESULTADO ALCANÇADO**
Conjunto de Ações OE.1 = 100%	**100%**
MÉDIA GERAL DO CONJUNTO DE AÇÕES = 100%	**100%**

RESULTADO GLOBAL A SER ALCANÇADO **MÉDIA DO CONJUNTO DE ESTRATÉGIAS = (500 / 5 = 100(%)** **Então se o Somatório do percentual atingido foi de 476,8 / 5 =**	**NO 2º SEM 23 FOI ALCANÇADO** **95,36%**

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.33 Realinhamento do Planejamento Estratégico

Como foi evidenciado no item 2.8 deste relatório sobre a importância do planejamento estratégico, a cada semestre reavaliamos esse plano e temos observado um avanço significativo das ações planejadas apesar de todos os desafios enfrentados em nosso RPPS. Com a finalização do planejamento estratégico referente ao período de 2018 a 2023, durante o ano foi elaborado o planejamento para o próximo período de 2024 a 2030. O Ipsemc prossegue com a de melhoria dos processos digitais transformando o nosso RPPS em RPPS Digital uma vez que foi iniciado no final do exercício de 2021 com treinamentos e capacitações, a princípio, enfrentamento das resistências, pois sempre acontecem porque as pessoas são resistentes a mudanças, porém, com resiliência e determinação o avanço foi considerável na automação dos processos institucionais cujos resultados são evidentes conforme a pequena amostragem gráfica especificada a seguir.

O acompanhamento desse plano construído de forma participativa com a equipe institucional tem sido de grande relevância para os ajustes necessários durante o percurso face à dinâmica das mudanças que ocorrem no ambiente previdenciário, pois este documento contempla de forma abrangente os aspectos estratégicos, tático e operacional de responsabilidade de todos os setores da organização, inclusive o advento de novas normas.

Na verdade, observando-se o desempenho podemos considerar o resultado como altamente positivo em cada grupo de ações realizadas. Muito embora, determinados índices estejam sujeitos a variáveis totalmente externas como, por exemplo, a questão dos acontecimentos externos e fora do alcance de controle, porque lidamos com variáveis externas que impactam diretamente nos resultados tanto para positivos como para efeitos negativos.

Da forma como foi planejado foi realizado o Curso de Capacitação para os servidores em Planejamento Estratégico no âmbito do nosso RPPS e, a partir desse treinamento o novo plano está sendo construído dentro de melhores diretrizes, mais parametrizado a fim de que continuemos na construção da previdência que desejamos. Com certeza essa capacitação trouxe oportunidades de melhoria no processo de formulação de estratégias do RPPS envolvendo: a construção dos objetivos estratégicos; a aderência das iniciativas estratégicas a estes objetivos; o desdobramento do plano estratégico em planos de ação com definição dos meios de execução dos objetivos, desde que nos seja possível; a avaliação institucionalizada do planejamento estratégico; a estruturação da governança interna relacionada ao processo de formulação de estratégias, quanto ao provimento de recursos (pessoal e tecnológico), no âmbito da legislação pertinente.

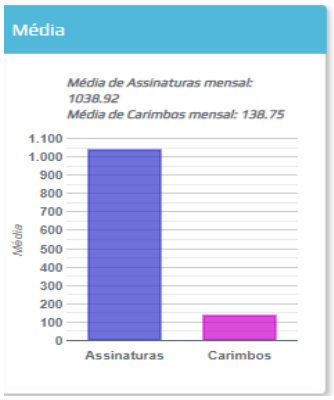
O nosso grandioso e ousado propósito real de adotar uma gestão de resultados, amparada por uma metodologia de aferição que gere informações e tenha caráter valorativo, sendo que, repetimos, tudo será pensado no âmbito do aspecto legal. Sem isso, a alta administração do RPPS tenderá a permanecer atuando sem de fato saber o quão longe ou perto estará do caminho para o atingimento de seus objetivos estratégicos, e sem poder mensurar o nível de responsabilidade sobre os atos de gestão, para além de ingerências políticas e de contingenciamentos orçamentários, muito embora saibamos que o que temos que fazer será dentro das possibilidades financeiras e orçamentárias.

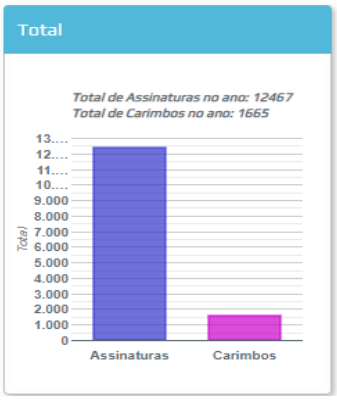
Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

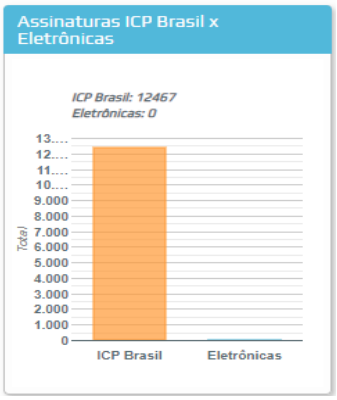
Não ousamos desistir porque desde que decidimos aonde chegar com essa organização que temos a honra de gerir, lutamos, por meio das pessoas, na criação e recriação do caminho a ser seguido com elucidação de estratégias, objetivos, metas e ações que vem nos direcionando para o futuro, na busca pela excelência pública que desejamos. Seguindo um plano estratégico conduziremos nossa equipe de profissionais na trilha ou no rumo mais acertado tanto na carreira como no trabalho, direcionando seus passos para o desenvolvimento das habilidades, crescimento pessoal e profissional.

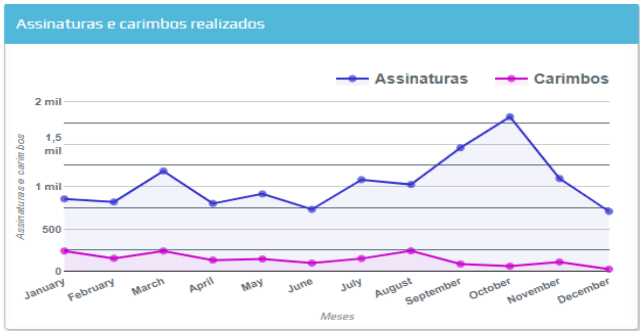
2.34 Amostragem gráfica com os resultados obtidos por meio da utilização do Sistema RPPS Digital

a) Utilização de Assinaturas e carimbos pela Equipe Previdenciária via sistema



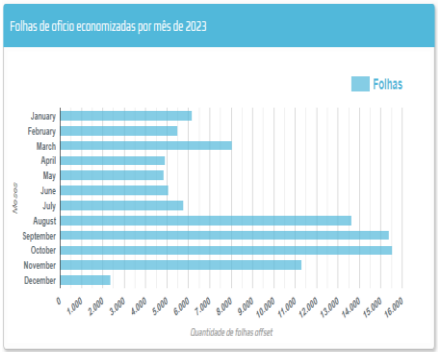


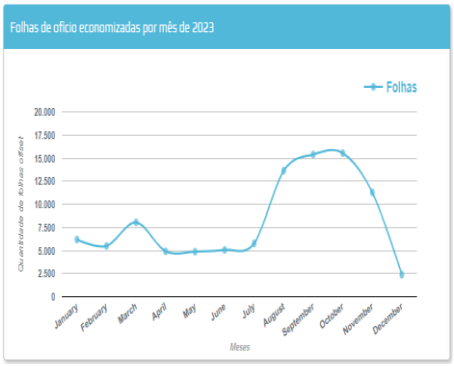




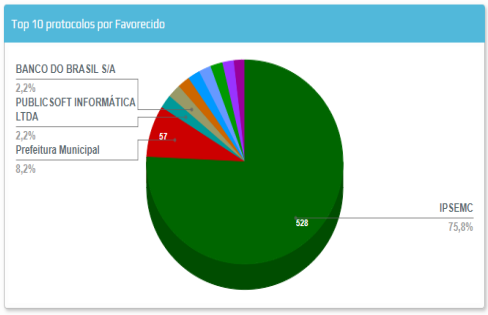
b) Considerável Economia de papel o que ocasionou economia de combustível da moto visto que os documentos antes entregues fisicamente estão sendo encaminhados por vias eletrônicas.

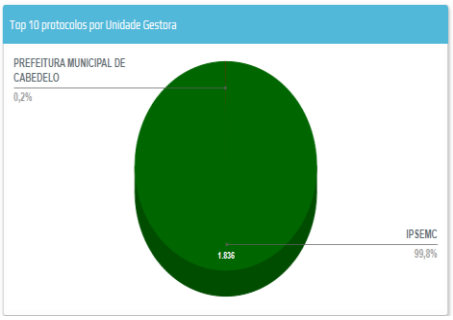
Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

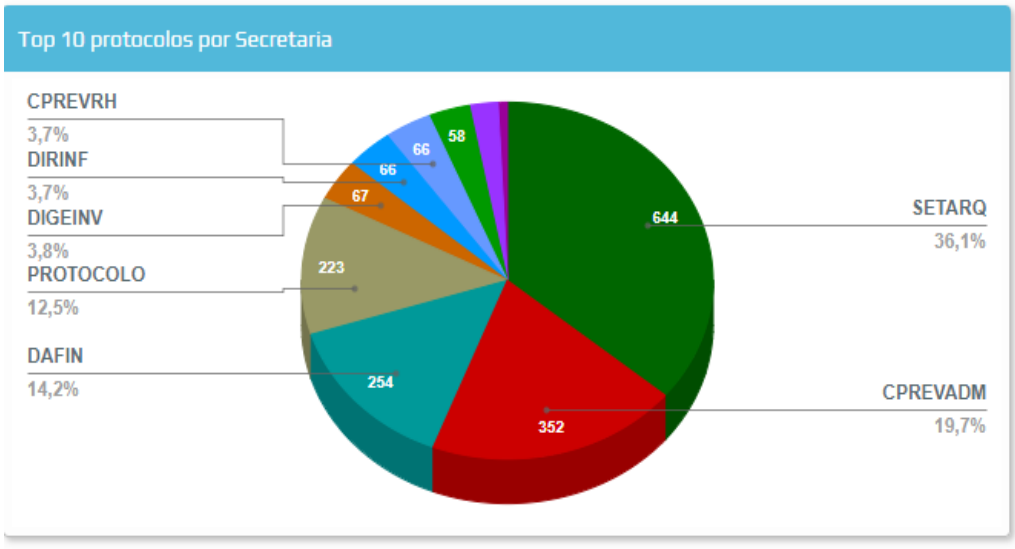




a) Desempenho por servidor e/ou setores na utilização do Sistema







Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

2.35 Metas atingidas até dezembro 2023:

I- Manutenção do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, através do preenchimento de trinta e cinco critérios estabelecidos por lei federal. – Estratégia 1- O.E.6 – Meta 1 (meta contínua).

II- Realização de eventos / atividades integrativas diversas com aposentados, pensionistas e pessoal da terceira idade em consonância com as parcerias existentes com a Prefeitura e outros órgãos. (Estratégia 1- O.E.6 – Meta 1; meta contínua).

III- Envio de processos de benefícios concedidos via Sistema eletrônico do Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB.

IV- Profissionalização – toda a equipe do Ipsemc participando de treinamentos e capacitações diversas.

V- Notificações do Tribunal de Contas do Estado – TCE do Ministério do Trabalho e da Previdência Social – SPREV atendidas.

VI- Portal do IPSEMC atualizado com conteúdo, serviços e informações legalmente estabelecidas.

VII- Registro e tombamento dos bens patrimoniais e materiais do Ipsemc – com etiquetas contendo código de barras, atualizado.

VIII- Dentro da Estratégia 4 – Programação da Tecnologia da Informação –O.E.3 – Meta 1 – a divulgação da imagem institucional – ação contínua – atualizadas com sucesso, pois o IPSEMC está no Portal, Facebook, Youtube, Twitter etc. Observando-se que várias ações de TI foram implementadas cumprindo-se assim princípios de melhoria contínua do RPPS.

IX- Manutenção do Programa de Capacitação dos Servidores – dentro das possibilidades legais existentes neste período de forma remota.

X- Estudo, reuniões com Comitê de Investimentos, Conselhos Fiscal e Administrativo, Consultoria “Crédito e Mercado” objetivando melhor diversificação da Carteira de Investimentos com o fito de se alcançar a meta atuarial – Estratégia 1 - O.E.3 – Meta 1 do PE.

XI- Realização de estudo atuarial visando à devida verificação de viabilidade do equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia – Estratégia 1 - O.E.4 – Meta 1 do PE.

XII- Estudo de Solvência (ALM) realizado;

XIII- Relatórios de DUE Diligence realizado;

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

XIV- Política Anual de Investimentos –PAI 2023 cumprida;

XV- Manutenção de práticas / ações sustentáveis no que diz respeito a:

a) Implementação de processos digitais o que promoveu uma economia significativa de papel conforme gráficos apresentados.
b) coleta seletiva do lixo em geral produzido na instituição.
c) economia de energia, água etc.

XXX- Compensação Previdenciária atualizada;

XXXI- Nível III do Pró-Gestão RPPS mantido com 100% de critérios preenchidos em todas as dimensões.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este relatório de governança do segundo semestre, é importante ressaltar algumas considerações finais que refletem a trajetória e as conquistas alcançadas até o momento. Durante esse período, a organização se empenhou em fortalecer sua estrutura de governança mantendo-se no padrão do Pró-Gestão RPPS, nível III alcançado com muito esforço, doação e trabalho árduo no sentido de continuar e aprimorar práticas que sempre promovam a transparência, a responsabilidade e a eficiência em todas as suas operações. Algumas conclusões relevantes incluem:

Compromisso com a Governança: Ao longo do segundo semestre, o Ipsemc demonstrou um comprometimento sólido com a melhoria contínua de suas práticas de governança. Através da definição de políticas claras, ações concretas foram tomadas para garantir a conformidade com regulamentos, normas e diretrizes, promovendo a confiança dos stakeholders.

Transparência e Prestação de Contas: Foi evidente o esforço para aprimorar a transparência em todas as áreas da organização. A divulgação adequada de informações financeiras, estratégicas e operacionais para os diversos públicos interessados fortaleceu a credibilidade da autarquia e possibilitou uma prestação de contas mais eficaz.

Participação dos Stakeholders: Priorizou-se o envolvimento dos stakeholders em suas decisões-chave enviando o código de ética e a política de segurança da informação. Por meio de mecanismos como audiência pública, reuniões com investidores e feedback da comunidade de segurados, assim possibilita-se entender melhor as expectativas desses grupos e incorporar suas perspectivas nas decisões corporativas desde que estejam na conformidade legal.

Gestão de Riscos e Compliance: O foco na identificação, avaliação e mitigação de riscos contribuiu para um ambiente mais seguro e confiável. A implementação de práticas de conformidade e ética reforça a cultura organizacional e minimiza possíveis impactos negativos.

Desafios Superados: Durante este semestre, a organização enfrentou desafios que testaram sua resiliência. Através de uma abordagem colaborativa e orientada para soluções, o Ipsemc conseguiu superar obstáculos, destacando sua capacidade de adaptação e inovação em situações adversas.

Metas Alcançadas: É gratificante observar as metas e marcos alcançados até o momento. O alinhamento estratégico, a definição de indicadores de desempenho, os respectivos mapas de riscos das várias áreas e a constante revisão das metas permitiram um acompanhamento preciso do progresso e a celebração de conquistas significativas.

Próximos Passos: Ao olhar para o próximo ano, é fundamental manter o ímpeto de aprimoramento contínuo. Isso envolve a ampliação da cultura de governança em todos os níveis do Ipsemc, a exploração de oportunidades para aprimorar a eficiência operacional e o desenvolvimento de estratégias que impulsionem o crescimento previdenciário sustentável por ser este o nosso negócio.

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

Em suma, o segundo semestre foi marcado por avanços notáveis na governança corporativa da empresa. O compromisso com a transparência, a responsabilidade e a participação dos stakeholders é um alicerce sólido para o futuro. A jornada de aprimoramento é contínua e exige um esforço constante para alcançar níveis cada vez mais elevados de excelência na governança pública previdenciária do nosso Município.

Concluímos com várias conquistas:

a) Não só o alcance da meta atuarial, como a superação que foi uma das grandes vitórias;
b) Alcance dos 100% de atendimento dos critérios em todas as dimensões do Pró-Gestão RPPS, uma significativa vitória!
c) E por último, 7 (sete) membros da equipe e 1 (uma) conselheira submeteram-se à prova de nova certificação e alcançaram êxitos sendo aprovados.

A TODOS, FELIZ 2024!

"A energia moral não se colhe indolentemente, como uma flor no valado: ela se conquista laboriosamente e se extrai, por vezes, como o carvão nas profundezas escuras."

(Charles Wagner)

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

4. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONDPREV

O Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV do Ipsemc – Instituto dos Servidores Públicos Municipais de Cabedelo, reunido extraordinariamente em 06 de fevereiro de 2024, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara que, após apreciar e examinar o Relatório Semestral de Governança – julho a dezembro de 2023, por meio do qual se confirma o aprimoramento da gestão que alcançou e mantém a certificação em no Pró-Gestão RPPS em Nível III, como prova indubitável das boas práticas de gestão, pois foi apresentado para apreciação dos Conselheiros, aprovam por unanimidade por refletir adequadamente a posição institucional da governança da Entidade na presente data, cuja estrutura e metodologia se encontram adequadas à prestação de contas da Autarquia, recomendando sua consequente divulgação no portal da instituição, conforme registro na ata da reunião ordinária do dia 06 de fevereiro de 2024.

CONSELHO DELIBERATIVO PREVIDENCIÁRIO – CONDPREV

Léa Santana Praxedes

Presidente do Conselho

Wilma Alves de Lima

Conselheira /Representante dos Servidores Ativos da Câmara Municipal

Juliana de Lima Silva

Conselheira/ Representante do Poder Executivo

Marileide Lourenço da Silva

Conselheira /Representante dos Servidores Inativos

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9

5. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - CONFIPREV

O Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV do Ipsemc – Instituto dos Servidores Públicos Municipais de Cabedelo, reunido ordinariamente em 06 de fevereiro de 2024, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara que, após apreciar a apresentação do Relatório Semestral de Governança julho a dezembro de 2023, por meio do qual se confirma o aprimoramento da gestão, pois subiu para o Nível III do Pró-Gestão RPPS como prova indubitável das boas práticas de gestão, conforme o acompanhamento do Conselho durante o semestre, aprovam por unanimidade por refletir adequadamente a posição de governança da Entidade na presente data, cuja estrutura e metodologia se encontram adequadas à prestação de contas da Autarquia, recomendando sua consequente divulgação no portal da instituição.

CONSELHO FISCAL PREVIDENCIÁRIO – CONFIPREV

Adriana Maria Morsch Schmid

Conselheira Presidente / Representante dos Servidores Inativos do Município

Lorena Rakel Domingos de Farias

Conselheira /Representante dos Servidores Ativos do Município

Edilza da Paixão Rodrigues

Conselheira /Representante do Poder Legislativo

Jackson Ângelo Pereira

Conselheiro /Representante do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/IPSEMC

Documento digital, verifique em:https://ipsemc.pd.publicservice.com.br/governo-digital.html#!/portal/
Identificador: fee801ecfba08d39cd8ebed9fdcbe7e9